



**ATA N.º 02/XII-1º/2017-18**

**1** - Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa Irmanadora, sitas na rua Jerónimo Dias, nº 1-A, na Costa da Caparica, realizou-se uma Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e Suplente aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP (art.º 6º, nº 2 dos Estatutos da ANMP);

3.2 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal (Membro Efetivo e Membro Suplente) – (art.º 1º e 2º do Anexo à Lei nº 36/2014, de 26 de junho);

3.3 – Apreciação da Proposta da Mesa de Constituição de um Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Obras por Administração Direta”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorizações - Compromissos Plurianuais”.

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**3.1** – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Joaquim Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço;



António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações da Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque solicitando a substituição por ausência no dia 23 de novembro.

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomou posse a Candidata Senhora Sónia Faria, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 23 de novembro da eleita Sr.ª Maria Luís Albuquerque.

4.3 - O Sr. Vereador Miguel Salvado não pode estar presente na Sessão da Assembleia Municipal de dia 23, uma vez que se encontra fora do concelho em trabalho municipal, representando o SMAS de Almada no ENEG 2017.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5 – O Presidente informou o plenário das Declarações dos Sr.s Vereadores Nuno Matias e João Couvaneiro, respetivamente:

4.5.1 – “Na sequência do despacho nº 10/2017-2021, de 03 de novembro de 2017, da Exm.ª Senhora Presidente da Câmara Municipal, o qual me nomeia Vereador em regime de meio tempo, informo V. Ex.ª, para efeitos do disposto no nº 1, do art.º 3º, da Lei nº 86/2001, de 30 de junho, de que, continuarei a exercer o cargo de Diretor na Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC), na qualidade de Chefe da Unidade de Reservas Petrolíferas.”.

4.5.2 – “Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do artigo 3º, da Lei nº 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual, conjugado com o nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 64/93, de 26 de agosto, na sua redação atual, comunico, por este meio, à Assembleia Municipal que sou sócio gerente da unipessoal Splendid Theory e exerço a atividade de docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sem remuneração.

Mais informo que esta atividade implica apenas o dispêndio de 2 horas semanais, como última tal em nada colide com o desempenho das minhas funções de Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almada.”.

4.6 - Referiu seguidamente que tinha sido atempadamente distribuída a Ata n.º 1/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

Colocada à votação foi aprovada por unanimidade a Ata Nº 01/XII-1º/2017-18 e ratificada a respetiva Minuta da Ata, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os Sr.s Munícipes:



JK

- Nuno de Avelar Pinheiro;
- Francisco António F. dos Santos;
- Rodrigo Biscaya;
- Maria Felismina B. Ferreira;
- Lídio Fernando Galinho.

**5.1.1 – O Sr. Múncipe Nuno de Avelar Pinheiro:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em 1º lugar quero dar as felicitações a todas e a todos os Eleitos, não só da Câmara e da Junta de Freguesia como das Assembleias de Freguesia, e dar os votos do melhor trabalho nestes quatro anos. São votos pessoais e de amizade e de estima, por todos os que conheço e pelos que conheço pior, mas também sabendo que isso são os votos de todo o Concelho porque todo o Concelho espera que este Mandato corra o melhor possível.

Eu venho aqui um bocadinho com resto do Mandato anterior porque eu sei que em termos regulamentares a questão fica de certa maneira esquecida. Mas porque apresentei a questão, em termos regulamentares fica esquecida, mas não fica esquecida em termos dos problemas que levantei. Porque no Mandato anterior apresentei quatro requerimentos em setembro de 2016 e nenhum deles foi respondido. Eu penso que isso é um desrespeito pelos Eleitos. Mas, de qualquer forma, não esperando uma resposta agora diretamente, digamos que é mais um alerta para os problemas do que outra coisa.

Dois desses requerimentos tinham a ver com o Centro de Almada, com as questões de estacionamento e de circulação. Portanto uma tinha a ver com a ocupação e com a rua Bernardo Francisco da Costa e outra com todo o estacionamento em todo o Centro, que são aspetos que necessitam, quanto a mim, de um plano consistente. E era essa a pergunta, se havia um plano para resolver os problemas de estacionamento e circulação no Centro de Almada.

Portanto isto era a primeira questão.

A outra é uma questão mais particular e mais localizada, tinha a ver com a fiscalização do estacionamento na rua Jerónimo Osório, rua que apesar de ser uma rua que pelo regulamento e pelos mapas de regulamento é uma rua reservada a residentes em parte, noutra parte deveria ter parquímetros que nunca teve, é uma rua que nunca foi em dez anos fiscalizada pela ECALMA. E isso permite que haja, ou se calhar é ao contrário, se calhar porque acontece é que nunca foi fiscalizada, isso permite que haja algumas oficinas que façam daquela rua depósito de sucata, um stand de mota que faça da rua a sua exposição e pista de testes. E, portanto, esta é uma pergunta que eu ando a levantar ainda antes, desde o início dos regulamentos de estacionamento e para a qual nunca tive resposta. Eu penso que a questão agora é, não tanto ter a resposta, é ter uma solução, ou seja, eu espero que brevemente essa rua passe a ser fiscalizada e que passe a não ser o polo de degradação urbana que o anterior Executivo permitiu que fosse.



Finalmente tem a ver com a ECALMA, que é uma Instituição que tem levantado enormes queixas por parte da população, eu acredito também, e tanto quanto sei é um bocado recíproco, também os funcionários da ECALMA se queixam da maneira como são tratados, e a pergunta tinha a ver com qual era a formação, qual era o tipo de avaliação, quais eram os objetivos que se punham aos funcionários da ECALMA, uma vez que me parece que provavelmente com outra formação, com outro tipo de objetivos talvez se solucionasse.”

**5.1.2 – O Sr. Município Francisco António F. dos Santos:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou pescador, tenho sessenta anos, vivo na rua Catarina Eufémia há quarenta e três anos, aqui na Costa da Caparica, e estou a correr o risco de ser despejado. Os pormenores vão ser dados aí pelo meu companheiro Rodrigo Biscaya porque ele está mais dentro do assunto do que eu para explicar a situação. Mas há quarenta e três anos que eu vivo naquela rua e agora com uma estratégia que eu não sei bem como é que aconteceu, estamos todos a correr o risco de sermos postos na rua, aquilo são vinte e oito frações e acontece o seguinte: vivem ali cerca de cento e quinze pessoas entre agregados familiares e essa coisa toda, de maneira que eu agradecia que estivessem atentos a este problema porque se trata de um problema social.”

**5.1.3 – O Sr. Município Rodrigo Biscaya:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que nós pretendemos é sensibilizar esta Câmara para esta situação que se está a passar. Temos um cenário que é uma luta de David contra Goliath. De um lado cento e vinte e tal pessoas, vinte e oito habitações, moradores há quarenta e tal anos naquelas ruas, Catarina Eufémia, Manuel Agro Ferreira e Ernesto Romualdo. Eu sou morador há mais de cinquenta anos, e temos aqui uma situação social, temos pessoas desprotegidas, a maior parte delas reformadas, com baixo rendimento. É um caso social.

O senhorio tem sido sempre uma companhia de seguros. Devido às situações que se passaram neste preciso momento está em transação e comunicou-nos para nós exercermos o nosso direito de compra. Sucede que a proposta que eles fazem é simples. Em vez de ser individualmente, globalizam e dizem assim: quem quiser exercer o direito ou compra tudo ou não leva nada. Portanto é esta a situação. Perante esta situação temos pessoas doentes, sem capacidade financeira, não têm capacidade para se defenderem. E do outro lado, o que é que temos? Temos todo um conjunto caracterizado de especulação imobiliária porque, entretanto, fazendo uma pequena investigação, e eu tenho aqui toda a documentação que posso depois fornecer, temos uma empresa unipessoal em que há um indivíduo que toma conta dessa empresa, um indivíduo que posteriormente vim a saber que é australiano, que tem uma empresa em Londres constituída em 2014. Fez esta unipessoal cá, com um nome que é “quadrilátero”. Segundo as informações do senhorio, da Companhia de Seguros, adquiriu esta empresa com essa empresa de Londres, que é a MQV, uma empresa Unipessoal com um capital de mil euros, e fez essa situação em agosto deste ano, no dia vinte e oito de agosto deste ano. É australiano, morador em Londres com uma empresa em Londres, a empresa em



Londres na última declaração de impostos que fez, que foi em 2017 sobre 2016, em dinheiro na mão tem sessenta e sete libras, o preço que é pedido pela Companhia de Seguros é um milhão cento e cinquenta mil. O Capital da Sociedade cá é de mil euros, e tem contornos duvidosos.

Neste preciso momento o que é que temos do outro lado? As famílias que não se podem defender, por outro lado, isto para mim caracteriza um testa de ferro. Por trás tem alguém e não é um australiano que chega aqui que tem uma bola de cristal e que vem descobrir que na Costa da Caparica existe um conjunto de vivendas ali que se forma desocupadas e aquela gentalha, onde eu me incluo, que vive lá há quarenta e tal anos, for limpa através de processos legais ou não legais etc., se for limpa, aquele terreno de um milhão cento e cinquenta mil passa a valer seis ou sete milhões. E facilmente depois existe uma empresa de construção civil que pagará por isso.

Portanto estamos perante uma situação de especulação imobiliária que não é ilegal, mas por outro lado temos, e aí temos nós de ter essa consciência, uma situação social. Cento e tal pessoas que não têm condições de se defenderem. Dai constituímos esta Assembleia de Moradores para nos começarmos a defender. Porque o que nós sentimos, e digo já porque a nossa luta já vem com mais de um mês, porque nós entendemos que, entretanto, para a Câmara Municipal, houve as eleições e estão a tomar conta dos processos. Não é um processo fácil e nós temos esse entendimento. Mas tem existido uma certa indiferença, sempre que tocamos no assunto isso é muito difícil, que isso é difícil nós sabemos, num lado temos o capital e do outro lado temos cento e tal pessoas desprotegidas que não se conseguem defender. É esta a situação, e trago isto só para sensibilizar. SE esta Assembleia necessitar de documentação tenho a documentação aqui comigo, posso mostrar.”

**5.1.4 – A Sr.<sup>a</sup> Múncipe Maria Felismina B. Ferreira, Presidente da Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira (APRHA):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de mais gostaria de saudar todos os Srs. Deputados, representantes desta nova Assembleia Municipal, de quem todos os múnicipes certamente aguardam um desempenho de funções com equidade, imparcialidade, probidade e ponderação.

Para todas as maiores felicidades e votos de um bom trabalho.

Os Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, através da Associação que os representa, fez nesta Assembleia ao longo dos últimos anos diversas intervenções que pretendiam sensibilizar os Senhores Deputados para a postura inadmissível do executivo camarário, então em funções, face à deterioração da situação existente há décadas na Herdade da Aroeira. Tudo começa com a insustentabilidade da situação dos quatro alvarás de construção existentes. A CMA mantém há décadas três deles sem receção definitiva, alheando-se das suas responsabilidades e dos problemas que isso representa para os moradores e, relativamente ao único alvará rececionado, também se mantém alheia com o pretexto de que delegou as





suas responsabilidades numa empresa do promotor. Ou seja, a CMA acha que, deste modo, pode continuar a colocar a Herdade da Aroeira fora do seu mapa de intervenções.

Em resposta a todas as nossas anteriores intervenções ouvimos dizer aos diversos responsáveis, e em especial ao anterior Presidente da CMA, que o assunto era muito “complexo”. Dizemos nós que, certamente por essa razão, nunca foi seriamente abordado e, certamente também, por essa razão nenhum avanço foi conhecido.

Talvez um assunto “complexo” como a Herdade da Aroeira necessite de gente “descomplexada”, com a lisura e competência necessária para o enfrentar, para o analisar, equacionar e resolver.

Neste sentido, depositamos agora as maiores expectativas nesta mudança política que irá conduzir o destino do concelho de Almada nos próximos quatro anos.

Pensamos que a Herdade da Aroeira é um dos poucos “tesouros” deste município, sob o ponto de vista turístico, económico e ambiental, que beneficia todo o concelho. Temos consciência do elevado número de postos de trabalho que ali se mantêm, da importante atividade económica turística e comercial que ali se realiza e do valor considerável da receita em IMI que o concelho ali arrecada. Se descaracterizarmos a Herdade da Aroeira, deixando degradar os aspetos que a definem como um local singular, estaremos a comprometer a situação futura em todos estes aspetos.

A CMA é, por tudo isto, também uma parte interessada, e é a primeira responsável pela manutenção, conservação, preservação e limpeza daquele espaço público.

Os proprietários e residentes sempre quiseram fazer parte da solução deste problema, sempre se ofereceram para dialogar e para trabalhar em conjunto com a Autarquia, aproveitando porventura alguns ensinamentos de exemplos de casos semelhantes noutras regiões do país. Não será certamente preciso inventar a roda!!!!

Repudiamos ser ostracizados seja porque razões for, quer ideológicas ou de clientelismo eleitoral, e não aceitamos ser abandonados por constrangimentos financeiros da CMA. Denunciámos a incompetência, a incapacidade e a ineficiência que, juntas, criaram ao longo dos anos uma vulnerabilidade da Autarquia, perante os interesses do promotor imobiliário, responsável pela urbanização da Herdade da Aroeira.

Meus caros Senhores, é preciso romper as teias que habilmente foram tecidas durante mais de trinta anos, e que emaranharam os interesses autárquicos com os do promotor. Não é nossa prioridade saber quem as teceu e como as teceu, é prioritário começarmos a trabalhar para as romper definitivamente.

A APRHA pode ajudar, e a APRHA quer contribuir para essa solução. Esperamos que a Exma. Sra. Presidente da CMA nos conceda uma reunião, para a qual nos disponibilizamos desde já, e que isso seja o início do seu empenhamento pessoal na criação dum grupo de trabalho, o qual vise cumprir o objetivo de resolver a situação da Herdade da Aroeira.

Temos preparada uma súmula que nos parece adequada para ajudar a enquadrar toda a situação, especialmente para todos aqueles que estejam menos familiarizados com as razões que nos assistem, e



tomaremos a liberdade de a enviar por email a todos os Grupos Municipais, sem prejuízo de continuarmos disponíveis para quaisquer outros esclarecimentos de dúvidas que queiram ter a amabilidade de nos colocar.”

**5.1.5 – O Sr. Município Lídio Fernando Galinho:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho falar sobre a Arte Xávega, tenho falado em várias sessões de Câmara, mas venho falar nesta porque o Executivo é novo e queria esclarecer algumas coisas.

Antes de mais queria pedir uma reunião com o novo Executivo para expormos o que pode vir a ser melhorado.

A Arte Xávega é uma pesca tradicional aqui na Costa da Caparica. É praticada desde Espinho até ao Algarve, mas nós aqui, com o grande crescimento turístico que tem havido na Costa da Caparica, e ainda bem, temos sido absorvidos e cada vez a área de pesca é menor. Nós gostávamos de ter uma rampa de acesso à Praia de S. João que vem já no Edital anterior, gostava que fosse feita, foi aprovada pela APA, foi aprovada pelo Capitão do Porto de Lisboa e pela Câmara Municipal de Almada. Gostávamos também que as duas rampas já existentes pelo menos uma delas fosse melhorada, a rampa do Dragão, foi feito em cimento, mas depois temos pedra até à estrada que não conseguimos passar lá com os barcos.

Em relação aos nossos tratores poderem andar na praia fosse criado um corredor de acesso em que nós pudéssemos deslocarmo-nos para poder transportar o peixe, visto que o peixe é apanhado e depois quando é a época banhar nós não conseguimos escoar o peixe da praia. Também criar uma sinalética para as praias para as praias que são e que também já tem Edital, que nunca foi criado uma sinalética, umas tabuletas a dizer que é áreas de pesca com Arte Xávega, para as pessoas que vão à praia estarem elucidadas que nós estamos lá a trabalhar, pode haver surf, pode haver pesca, pode haver turismo, mas que nós não sejamos esquecidos.”

**5.2 -** Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**5.2.1 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começo obviamente por cumprimentar a todos, cumprimentar o Senhor Presidente e a Mesa, felicitá-lo obviamente também pela sua eleição, e dizer que é com muito agrado que estamos aqui nesta primeira Assembleia Municipal deste novo Mandato Autárquico para todos.

Quero também cumprimentar e felicitar todos os Senhores Deputados Municipais, desejar-lhes as maiores felicidades no cumprimento do vosso mandato, porque estou certa que aqui estamos todos para o bem de Almada. Cumprimentar também muito calorosamente os Senhores Presidentes de Junta e felicitá-los e, obviamente, também cumprimentar ainda mais calorosamente todas as pessoas que estão aqui nesta Assembleia, um bem-haja a todos. É uma alegria ver uma Assembleia tão cheia, tão composta esta primeira



Assembleia. É para nós, e estou certa que falo por todos os Vereadores Executivos ou sem pelouro, é para nós uma alegria ver uma sala tão cheia.

E sem mais demoras passaria de imediato a fazer pequenas e, perdoem-me, em muitos casos eu não posso fazer mais do que pequenas observações, aos casos que foram aqui levantados. Até porque, como aqui foi dito, de facto as eleições ainda não foram há muito tempo. Isto não é desculpa para nada, quero que seja claro, mas de facto nós só tomámos posse há três semanas, portanto ainda não conseguimos, de facto, ter a tal visão global que gostaríamos. Mas, mais uma vez, obviamente isto não é desculpa, é uma realidade, peço a todas e todos aqueles que já pediram audiências, de facto foi uma grande enchente de pedidos de audiência, peço a todos alguma tolerância para podermos dar resposta, começar a dar resposta a esses pedidos, tendo consciência também que alguns são urgentes. E já lá voltaremos.

Quero começar por responder brevemente ao Senhor Nuno Pinheiro. Obviamente não vou responder relativamente às perguntas que fez anteriormente, quero apenas clarificar que relativamente à ECALMA é de facto nossa intenção repensar, de forma muito consistente, o papel da ECALMA, nomeadamente a ECALMA não ser meramente um instrumento de fiscalização, mas ser também um elemento importante para a planificação e para o pensar da mobilidade e particularmente do estacionamento em Almada. Há nomeadamente que repensar inclusivamente as zonas com parquímetros, as zonas de moradores, as zonas com comércio, isso é uma questão que eu hoje vou abordar muitas vezes. Apresentámo-nos e se aqui estamos foi com a apresentação de uma proposta da criação de um plano integrado de mobilidade para Almada, onde o estacionamento se inclui, e nesse plano integrado claro que deve estar também a questão do estacionamento, porque não há mobilidade sem estacionamento e sem alternativas. Portanto fica aqui o meu compromisso pessoal em relação a esse plano consistente. Há obviamente planos, mas é nossa intenção repegar nessa questão e ir mais longe nessa planificação.

Relativamente à fiscalização da rua Jerónimo Osório, ela estará certamente concluída, poderei já dar um alerta, quero deixar também claro que hoje mesmo foram aprovadas as condições para a nova Administração da ECALMA. Ou seja, só a partir de amanhã, o mais tardar na segunda-feira, a nova Administração da ECALMA, e quero aliás agradecer à anterior Administração que tem ficado estes tempos em gestão até que fosse possível criar a nova Administração.

Por fim, a questão do mau relacionamento entre funcionários e população, eu acho que justamente, se houver um propósito comum e se todos entenderem bem que a ECALMA não pode ser apenas um instrumento de fiscalização e de penalização e que pode ser algo mais do que isso, ou seja, a fiscalização será sempre necessária e eu quero que isso seja claro, mas ao mesmo tempo que se fiscaliza também tem que criar as condições para que as pessoas possam ter alternativa. Eu estou certa, uma vez isso feito, acho que as condições serão mais fáceis para melhorar a relação entre os munícipes e os funcionários da ECALMA que, é verdade, eu também já tomei conhecimento disso, nem sempre é fácil, o seu trabalho nem sempre é fácil.





Ao nível da formação, de facto há outros exemplos onde essa formação foi dada e certamente se assim for necessário, se a nova Administração o considerar, e já agora digo que eu própria, embora não como executiva, mas farei parte dessa Administração, portanto penso que a questão da formação para o bom relacionamento é algo que é relativamente simples e se todos soubermos exatamente o que temos para fazer e em que base é que podemos comunicar uns com os outros, será mais fácil.

Permitam-me responder ao Senhor Francisco António e ao Senhor Rodrigo Biscaya em conjunto.

Quero deixar claro que esta situação, o Senhor Presidente de Junta da Costa da Caparica já me tinha alertado para isso, não tenho dúvidas que é uma situação complicada, uma situação que merece de facto que seja olhada urgentemente com calma, com a perfeita consciência daquelas que poderão ser as limitações da Câmara, mas quero deixar também aqui o meu compromisso, enquanto Presidente da Câmara, que estaremos do vosso lado para tentar ao máximo arranjar uma solução para este caso, que de facto é o lado um bocado maquiavélico do tempo em que vivemos. A sua descrição é boa, muitas vezes somos confrontados com imenso sentimento de impotência, mas dentro daquilo que são as nossas obrigações, enquanto autarquia, que é a salvaguarda dos munícipes e daquilo que é de facto o interesse público, e de prevenir, e eu não tenho dúvidas que isto rapidamente se pode tornar num caso social particularmente grave. Quero deixar claro que eu não estou aqui a deixar promessas concretas, estou aqui a deixar claramente a nossa preocupação, a nossa disponibilidade, para estarmos ao vosso lado em tudo o que podermos fazer para tentar arranjar uma solução para este caso. Terei todo o gosto em receber a documentação e depois em receber-vos e tentar falar com os interlocutores possíveis, porque o que é maquiavélico nestas situações é que, muitas vezes, não há sequer um interlocutor, não há um rosto, não há um nome, há vagamente um australiano com sessenta euros numa conta, não é verdade?

Portanto tentaremos ao máximo arranjar alguém com quem negociar, com quem conversar sobre isto. Podem contar desde já com o nosso apoio e com a nossa solidariedade e com o nosso empenhamento para encontrar soluções. Quero-vos dizer que não acredito na indiferença dos serviços até porque o Senhor Vereador, que é igualmente Vice-Presidente da Câmara, também ele já tinha sido alertado pelo Senhor Deputado Carlos Guedes.

Solidariedade, apoio, preocupação, nenhuma promessa em concreto, que seja claro, mas aquilo que já disse.

À Senhora Dona Maria Felismina Ferreira da APRHA, eu apenas relembro que já mencionei aqui o programa com o qual nos apresentamos, nele dissemos claramente que estamos empenhados em encontrar uma solução para a Herdade da Aroeira. Não há aqui qualquer tipo de discriminação de qualquer género, isto é um dos compromissos que assumimos e por isso o pusemos no programa e que, obviamente, agora na situação em que nos encontramos de dirigir esta Câmara, é para manter. Quero deixar também claro que já pedi aos serviços que me fizessem um levantamento e um estudo. Quanto ao pedido de audiência terei todo o gosto em recebe-la e se me permite irei mais longe, pedirei que seja uma reunião conjunta



justamente comigo, que eu também já conheço um bocadinho o dossier, e com os próprios serviços, que às vezes é mais fácil pôr as pessoas, todos os intervenientes, à mesma mesa para encontrarmos soluções. Por fim, na questão da Arte Xávega. Iremos de imediato ver o que se passa com a questão da rampa e se de facto, estando já aprovada, as razões que levaram ainda à sua não construção. E deixar aqui claro que considero que, para além da Arte Xávega ser um património cultural e imaterial essencial, a proteger, é também um património vivo, onde as pessoas que vivem dele devem poder viver com dignidade. Considero a Arte Xávega um elemento essencial também para a promoção económica e também turística do Concelho.”

**5.2.2** – A Sr.<sup>ª</sup> Vereadora Joana Mortágua:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não é hábito nestas reuniões os Vereadores e as Vereadoras da Oposição tomarem a palavra. O que eu queria apenas dizer é que registarei com muita atenção todos os assuntos que aqui trouxerem e quando sentir que tenho alguma coisa a acrescentar ou algum compromisso a fazer, alguma resposta a dar, não hesitarei em pedir à Senhora Presidente autorização para intervir apesar de não ter responsabilidades executivas na Câmara Municipal de Almada e obrigada a todos.”

**5.3** – Usou ainda da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes.

**5.3.1** – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

Uma saudação breve e inicial, um desejo curto de que o nosso trabalho nestes quatro anos decorra da melhor forma.

Eu vou-me reter em duas questões e começando pela Herdade da Aroeira.

Este problema tem sido recorrente na Assembleia Municipal e naturalmente que o Bloco fará o possível por acompanhar esta questão, até porque gostaríamos de não ser constantemente confrontados com queixas que são repetidas de Assembleia para Assembleia, e como diz o povo e muito sabiamente, quem se queixa alguma razão terá para o fazer e como tal nós temos que acompanhar e temos que dedicar alguma atenção de facto a esta questão da Herdade da Aroeira.

Em relação às intervenções do Senhor Francisco Santos e do Senhor Rodrigo Biscaya. É um facto que o Bloco de Esquerda foi por intermédio de um dos seus autarcas contactado pelos residentes e pela recém-formada Comissão de Moradores destas três ruas e demos no imediato conhecimento à Vice-Presidência da Câmara, e neste caso ao Senhor Vereador e Vice-Presidente Senhor João Couvaneiro do que estava a acontecer.

Fazendo um curto exercício de memória, nos últimos quatro anos, mas não apenas nos últimos quatro anos o Bloco de Esquerda sempre tem falado nestas questões, a Costa da Caparica não é uma estância de veraneio, não é um local onde as pessoas vêm durante três ou quatro meses da sua vida passar férias e gozar os meses do verão. A Costa da Caparica tem pessoas a viver durante doze meses, tem pessoas a trabalhar durante doze meses aqui e o Bloco disse-o muito claramente eu falo pelos últimos quatro anos porque foi o tempo que eu aqui estive mas tenho-o dito de forma muito regular, o que está a acontecer



nestas três ruas, e é bom que fique claro que são três ruas que ficam a escassos cinquenta metros da frente de praia, é a pressão que existe em todo o país, é a pressão do turismo a exercer a sua força, por muito que nós queiramos a olhar para outra realidade a realidade é esta e esta gente que aqui hoje se veio queixar, é gente que merece toda a nossa atenção. Da parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, da parte do Bloco de Esquerda em Almada, estas pessoas sabem que podem contar connosco e sabem que estaremos sempre do vosso lado. São pessoas de recursos escassos, são pessoas que vivem há quarenta, cinquenta, sessenta anos naquelas ruas e são pessoas que merecem continuar a viver no espaço que escolheram para viver e não há nem turismo, nem especulação imobiliária que tenha o direito de mexer com a vida destas pessoas. E este é aqui afirmado, já vos foi afirmado pessoalmente, mas é afirmado publicamente o nosso compromisso com a vossa luta.”

**6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**6.1** – A iniciar o período foi apresentado um Voto de Pesar pelo Bispo D. Manuel Martins, apresentando pelo deputado Henrique Margarido de Almeida (PS).

**6.1.1** – Voto de Pesar pelo falecimento de D. Manuel da Silva Martins:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

“Manuel da Silva Martins nasceu em 20 de janeiro de 1927, em Leça do Balio, Matosinhos.

Formou-se no seminário do Porto e mais tarde licenciou-se em Direito Canónico na Universidade Gregoriana de Roma.

Após a conclusão do curso, chegou a ser professor e vice-reitor no Seminário Maior do Porto e no Instituto de S. Manuel.

Na década de 60, aquando do exílio do Bispo do Porto, foi nomeado pároco de Cedofeita e com o regresso deste em 1969, exerceu funções de vigário e diretor da revista diocesana *Igreja Portucalense*.

Em 16 de julho de 1975, foi nomeado 1.º Bispo de Setúbal, tendo sido ordenado em 26 de outubro. Em Setúbal, encontrou um clima social marcado pela instabilidade e por todo o tipo de carências, tendo procurado comungar vivamente a vida daquele povo em cumprimento, aliás, do lema escolhido na ordenação episcopal: nasci Bispo em Setúbal, agora sou de Setúbal. Com uma presença muito ativa, exerceu a sua Ação pastoral, até 24 de abril de 1998, numa vertente de serviço sobretudo dos mais carentes e marginalizados, de tal maneira que algumas autarquias o designaram cidadão honorário, condecorando-o com várias medalhas de mérito, dando o seu nome ao Pólo de Setúbal da Universidade Moderna.

Em Setúbal, será sempre conhecido, como o seu Bispo, amigo e próximo, desprendido de si, habituado a viver com simplicidade e a passear, a pé ou de bicicleta, pelas manhãs em Setúbal, pai, pastor e irmão, tão inflexível na defesa da verdade e da justiça, como terno, amigo e compassivo no encontro fácil com aqueles que acolhia sorridente.



O seu inconformismo permanente na luta contra a pobreza e a sua solidariedade para com os mais carentes tornaram-no uma grande referência da consciência social.

Era conhecido por não ter papas na língua. Divertido, aberto, frontal, não tinha o menor pejo em dizer o que pensava. Passou a sua vida no meio do povo, sentindo o povo, auscultando-o, sendo povo, sabendo o que ele vive e as situações de desespero em que se encontra.

A sua passagem por Setúbal durou 23 anos, tempo em que a sua figura se impôs como personagem necessária à história contemporânea de uma região que atravessou fases, no mínimo, problemáticas. A sua intervenção nem sempre foi pacífica e foi apelidado de Bispo Vermelho, com toda a carga política que esse epíteto acarreta, numa tentativa de instrumentalização para combater o mediatismo de que usufruiu.

Como membro da Conferência Episcopal Portuguesa, presidiu à Comissão da Ação Social e das Migrações e Turismo. Como presidente da Secção Portuguesa da Pax Christi Internacional, bateu-se pela questão de Timor-Leste, com iniciativas de vária ordem que culminariam com uma intervenção na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, e, posteriormente, com uma visita a Timor. Foi membro fundador das organizações não-governamentais Oikos e Pro Dignitate.

Em 1998, fixou-se na sua terra natal, Leça do Balio, que até hoje deu o seu nome a uma rua e uma alameda. Era visto diariamente nas ruas da freguesia, onde conversava com quem se cruzava.

Foi feito cidadão honorário de vários concelhos, de Setúbal, de Matosinhos e da Maia, bem como de Winnipeg, no Canadá. O seu nome consta do Dicionário de Personalidades Portuguesas do século XX. Era doutor honoris causa pela Universidade Lusíada e o seu nome foi dado a uma escola secundária de Setúbal, a Escola Secundária D. Manuel da Silva Martins. O seu nome foi dado ainda a quatro ruas, duas em Leça do Balio, uma na Maia e outra em Sesimbra. Foi ainda levantado o seu busto em Leça do Balio e uma estátua em Almada. Foi dado em Gaia o seu nome a um bairro recuperado pela autarquia local. Foi agraciado com o Galardão dos Direitos Humanos da Assembleia da República.

Sobre a sua pessoa e Ação foram publicados cinco livros: História de Uma Crise. O Grito do Bispo de Setúbal; Bispo de Setúbal, Um Homem Plural; D. Manuel Martins o Bispo de Todos; D. Manuel Martins, A Esperança de Um Povo; e D. Manuel Martins, Um Bispo Resignatário, Mas Não Resignado. Escreveu dois livros: Um Modo de Estar e Pregões de Esperança.

Por disposição testamentária de D. António Ferreira Gomes, era membro da Fundação Spes, da qual foi presidente até 2006. Aquela fundação, cujo nome é a palavra latina para "esperança", resulta de um legado de D. António Ferreira Gomes e dedica-se a contribuir para a Civilização do Amor.

A Câmara Municipal de Almada por deliberação camarária de 6 de Junho de 1994, reconhecendo a sua meritória Ação social no distrito de Setúbal, decidiu homenagear D. Manuel da Silva Martins com a Medalha de Ouro da Cidade de Almada.

A 8 de junho de 2007, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. Em 5 de outubro de 2017, foi agraciado, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.



Manuel da Silva Martins morreu em 24 de setembro de 2017, em casa de familiares, na Maia.

A assembleia Municipal de Almada delibera apresentar sentidas condolências à sua família e amigos.”.

**6.2** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação do documento.

**6.2.1** – O Voto de Pesar pelo falecimento de D. Manuel Martins, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido de Almeida, foi aprovado por unanimidade.

**6.2.2** - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente.

**6.3** – Para apresentar declarações políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Geraldes (CDU) e Sílvia Sousa (PSD)

**6.3.1** – O Sr. Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nesta primeira Sessão da Assembleia Municipal de Almada do mandato autárquico de 2017-2021 após a reunião de instalação dos órgãos municipais, permitam-nos que saudemos todos os cidadãos e todas as cidadãs que no passado dia 1 de outubro foram eleitos para os órgãos autárquicos do nosso Concelho, nos órgãos das Freguesias e Municipais.

Permitam-nos, igualmente, que através dos eleitos saudemos todos quantos assumiram a sua candidatura nas listas das diferentes forças políticas que se apresentaram a sufrágio.

E permitam-nos, ainda, uma saudação às mulheres e homens Almadenses que, participando ativamente no processo de escolha dos seus representantes nos órgãos locais para os próximos quatro anos, conferiram uma vez mais a este ato eleitoral e cívico da maior importância e significado, a dignidade democrática que nos caracteriza enquanto povo e comunidade de Abril que nos orgulhamos de ser.

No passado dia 1 de outubro, o Povo de Almada pronunciou-se em eleições democráticas para os órgãos autárquicos, responsabilizando um conjunto de autarcas pelo futuro do nosso Concelho nos próximos quatro anos.

Estamos aqui, por isso, em resultado dessas eleições que legitimaram o mandato de todos nós, refletindo a vontade dos eleitores em democrática manifestação das múltiplas e distintas sensibilidades e opções e, neste quadro, todos nós jurámos que desempenharíamos com dedicação e lealdade as funções que nos foram confiadas por vontade expressa pelo Povo.

O ato eleitoral do passado dia 1 de outubro traduziu, no nosso Concelho, uma alteração sensível na correlação entre os mandatos obtidos pelas diferentes forças políticas presentes nos órgãos municipais.

Ainda que com número idêntico de eleitos na Câmara Municipal – quatro –, o Partido Socialista conquistou a presidência daquele Órgão do Município. Na Assembleia Municipal, a CDU mantém-se como o maior grupo municipal – 14 Deputados e Deputadas Municipais –, e nas Freguesias a CDU alcançou igualmente um maior número de presidências – três em cinco.

Neste quadro político não foi possível, contudo, encontrar caminhos de convergência para o estabelecimento de uma plataforma mínima de entendimento entre as duas forças políticas mais votadas





pelos Almadenses, de onde resulta a não assunção de funções executivas pelos Vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, não obstante a disponibilidade de diálogo franco manifestada pela CDU.

A opção do Partido Socialista foi pela celebração de um acordo político com o Partido Social Democrata. Dada a perceção da não existência de uma maioria estável nem na Câmara Municipal nem na Assembleia Municipal, daqui insistimos que, por razões de evidente transparência política, o esclarecimento público sobre quais os efetivos compromissos assumidos pelo PS e pelo PSD no quadro do acordo entre ambos estabelecido, se reveste do maior interesse e importância para todos os Almadenses.

Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas Municipais,

A CDU reafirma a manutenção integral do seu compromisso com o desenvolvimento do nosso Concelho e com os Cidadãos de Almada, e prosseguirá a sua ação na defesa dos interesses, direitos e ambições de progresso e bem-estar de todos os Almadenses.

A CDU não se constituirá como entrave à atividade dos órgãos municipais. Antes interviremos permanentemente, pelas vias que a vida democrática coloca à nossa disposição, no sentido da salvaguarda e garantia dos inalienáveis direitos dos cidadãos do nosso Concelho. Nos órgãos municipais; nos órgãos das freguesias; e em todos os momentos que entendermos justos, necessários e adequados.

A CDU reafirma o seu compromisso inalienável de contribuir ativamente para que possa ser prosseguida a construção de um caminho de progresso e desenvolvimento amplamente partilhado por todas e todos os Almadenses, que nestes 41 anos de Poder Local Democrático que a Democracia Portuguesa proporcionou a todos nós, elevou o nosso Concelho a níveis de desenvolvimento e progresso que o colocam como exemplo e referência nacional.

Manteremos com fidelidade o trabalho no sentido da criação de todas as condições que permitam que o nosso Concelho prossiga o trilho do progresso e do desenvolvimento, cujos resultados concretos são confirmados pelos indicadores oficiais do Instituto Nacional de Estatística, ao elevar Almada a um lugar cimeiro em todos os principais indicadores de desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar, entre os 308 Municípios de Portugal.

Apoiaremos e aprovaremos, por isso, todas as propostas, decisões, ações e projetos:

- Que permitam aprofundar a “Cidade Educadora” que Almada é, o combate ao abandono e insucesso escolar, a qualidade do ensino e da rede escolar, do seu Polo Universitário que integra sete escolas superiores com os seus centros de ciência e tecnologia;
- Que permitam aprofundar o desenvolvimento cultural e artístico e a alargar a ampla e diversificada rede de equipamentos e projetos artísticos;
- Que permitam reforçar ainda mais o nível de desenvolvimento desportivo, a amplitude e variedade dos programas e equipamentos municipais e em cooperação estreita com o Movimento Associativo Concelhio, colocados à disposição de todos os Almadenses;



- Que estimulem e aprofundem também ainda mais a cooperação com Movimento Associativo e Solidário na ação municipal de apoio às populações e na solidariedade com os mais necessitados, vítimas da pobreza, do desemprego, das dificuldades da vida;
- Que permitam concretizar os projetos estratégicos de desenvolvimento de enorme qualidade de que já dispomos, como Plano de Urbanização “Cidade da Água”, os Planos de Pormenor do Ginjal e Cacilhas, o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica, da Costa da Trafaria, do Terciário da Charneca de Caparica, de Almada Poente, os Projetos de sustentabilidade ambiental, designadamente de proteção da orla costeira, linhas de água e espaços verdes, biodiversidade e da boa gestão energética, entre outros, tendo em vista o desenvolvimento económico e social do concelho e da região e a criação de emprego de qualidade e justamente remunerado.
- Que contribuam para a concretização dos compromissos assumidos no âmbito dos programas de comunitários e promovam e aprofundem as Operações de Reabilitação Urbana de revitalização dos territórios e reabilitação do edificado, que conhecem já hoje significativo êxito no nosso Concelho, orientando-as cada vez mais para uma mais generalizada de oferta de habitação de qualidade a preços acessíveis para todos.
- Que através da concretização dos investimentos já programados consolide a capacidade de resposta do município aos novos desafios colocados pelas alterações climáticas e mantenham e reforcem a excelência amplamente reconhecida do serviço público e municipal de água e saneamento, integrando todo o ciclo urbano da Água.
- Que concretizem os projetos de mobilidade e salubridade em curso e os desenvolvam e de acordo com as novas realidades e necessidades urbanísticas.
- Que assegurem que o Município de Almada prossiga na senda da modernização do serviço público municipal, da proximidade e da participação cidadã e da solidez financeira, nada devendo a terceiros.
- Que mantenham e aprofundem o caminho de respeito e valorização dos trabalhadores do Município, na defesa dos seus direitos e na melhoria contínua das condições de trabalho asseguradas em todos os domínios da atividade do Município, e reforcem a participação ativa dos trabalhadores no processo construção e tomada de decisões, particularmente através da relação estreita com as suas Organizações Representativas.
- Que levem ao assumir pelo governo das suas responsabilidades para com o município, designadamente ao nível da proteção da orla costeira da frente atlântica e da Mata dos Medos, do plano de desenvolvimento da Costa da Caparica, do Plano de Urbanização de Almada Nascente, da qualificação e oferta de habitação social pelo IRHU, das grandes acessibilidades e meios de transporte de âmbito regional e do património, entre outras.

Rejeitaremos, com toda a nossa firmeza e determinação, todas as propostas, decisões, ações ou projetos que possam colocar em causa o caminho de progresso e desenvolvimento que almejamos, e exigiremos,



da mesma forma que sempre exigimos, a reposição de direitos e serviços retirados às populações pela política prosseguida nos anos de chumbo do governo PSD/CDS-PP:

- Rejeitaremos com firmeza e determinação qualquer tentativa ou deriva no sentido de vir a concessionar ou privatizar a gestão da água e do saneamento, ao nível de qualquer dos seus elementos e momentos constitutivos;
- Continuaremos a afirmar a necessidade de reverter a privatização da Empresa Geral de Fomento, recuperando para a esfera pública e municipal a gestão plena dos sistemas de tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos produzidos no nosso Concelho e na Península de Setúbal;
- Continuaremos a bater-nos consequentemente pela reposição dos órgãos das onze Freguesias do nosso Concelho, enquanto fator essencial à indispensável reaproximação do Poder Local Democrático às populações que representa;
- Continuaremos a bater-nos pela abertura e reabertura de serviços públicos de primeira necessidade e importância para as populações, encerrados ou deslocalizados em função de interesses particulares em desfavor do interesse público;
- Continuaremos a combater qualquer tentativa de imposição de um quadro de transferência de novas competências para os Municípios e para as Freguesias, que não assente numa avaliação objetiva, rigorosa e sustentada das reais necessidades presentes e futuras em matéria de recursos humanos, recursos financeiros e outros aspetos de gestão, e não garanta a transferência do estado para as autarquias locais de todos esses recursos indispensáveis à boa gestão e à garantia de ganhos e vantagens reais e efetivas para os cidadãos, em todas as áreas que se pretendam descentralizar para o Poder Local Democrático.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Iniciamos este novo mandato autárquico com a consciência de que os próximos anos serão ainda anos difíceis para muitos milhares de cidadãos e cidadãs.

Manter-nos-emos, por isso, atentos e vigilantes na exigência de que a nível nacional prossigam e se aprofundem os passos, medidas e soluções políticas que garantam não apenas a reposição de direitos e a recuperação de rendimentos dos portugueses e das portuguesas, mas permitam igualmente o seu acesso a melhores salários e melhores condições e qualidade de vida, condição indispensável para que a nível local possamos igualmente beneficiar de melhores condições e qualidade.

Reiteramos a nossa total disponibilidade para trabalhar e contribuir ativamente para que estes caminhos da recuperação económica e social dos Cidadãos de Almada possam não apenas prosseguir, mas sobretudo ser aprofundados.

A todos os eleitos nos órgãos municipais sem exceção, a CDU expressa os votos de êxito no trabalho que agora em conjunto iniciamos neste novo mandato de 2017-2021.”

**6.3.2 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):**



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Neste novo mandato que agora se inicia, importa reafirmar que os eleitos municipais do PPD/PSD assumem o compromisso de defesa intransigente de manutenção na esfera pública dos serviços da Câmara Municipal de Almada, e dos Serviços municipalizados de água e saneamento .

Aliás é nossa intenção colocar os nossos esforços e empenho na defesa dos interesses de todos os Almadenses.

A nossa tomada de posição, tem como objetivo, colocar um ponto final nos rumores que correm de forma pouco clara, nos quais o PPD/PSD pretende privatizar alguns serviços públicos relevantes nomeadamente o da água.

Para que não restem quaisquer tipo de dúvidas, os autarcas do PPD/PSD reafirmam que querem manter na esfera pública e de qualidade excecional os serviços municipais.

Tudo faremos e não regatearemos esforços na construção de serviços de qualidade e de excelência que transformem os serviços prestados na nossa terra, em serviços que sejam uma referência nacional.

Os Almadenses podem contar com o trabalho e empenho dos eleitos do PPD/PSD na construção da cidade que todos os Almadenses sonham e desejam.”

**6.4** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Deputados Municipais:

- António Salgueiro (PSD) – Moção Saudação sobre Miguel Oliveira;
- Vanda Silva (PS) - Voto de Congratulação Pelo reinício das obras de requalificação da Escola Secundária do Monte de Caparica;
- Sandra Moço (PAN) – RECOMENDAÇÃO Promoção da Floresta Autóctone e sensibilização para a sua importância e VOTO DE SAUDAÇÃO Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;
- José António Rocha (BE) – Moção - Pela Defesa da Democracia na Catalunha;
- Inês Bom (BE) – Moção - Pelo Fim da Violência contra as Mulheres;
- Carlos Guedes (BE) - Voto de Saudação - SAUDAÇÃO À LUTA DOS PROFESSORES;
- Carlos Guedes (BE) – RECOMENDAÇÃO - SOBRE AS DESCARGAS DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NA PRAIA DO 2º TORRÃO, NA TRAFARIA;
- António Pedro Maco (CDS-PP) – Recomendação sobre a Seca Extrema.

**6.4.1** – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação sobre Miguel Oliveira.

“A 4 de Janeiro de 1995 nasceu, na Freguesia do Pragal, em Almada, o primeiro português a participar no Campeonato do Mundo de Motociclismo a tempo inteiro.



Miguel Oliveira é, de certa forma e atualmente, um dos principais atletas portugueses com maior mediaticidade em Portugal e no estrangeiro.

Miguel Oliveira significa um grande exemplo para os mais jovens, representando mesmo um modelo a seguir já que a par da sua determinação e empenho no motociclismo frequenta igualmente o mestrado integrado de medicina dentária.

Foi em 2005, com apenas 10 anos, que deu início aos seus primeiros sucessos desportivos, já nessa época venceu o campeonato português de MiniGP e o World Festival Metrakit, em Espanha, em que participaram 192 pilotos naturais de 14 países.

Em 2007 ganhou o campeonato Mediterrâneo Pre-GPI 125. Em 2009 foi 3º no campeonato nacional espanhol e 5º no campeonato da Europa. Sendo que em 2010 foi vice-campeão da Europa a apenas dois pontos do campeão.

Em 2011 estreou-se no campeonato do mundo de 125 cc não tendo registado resultados muito significativos, sendo que transitou em 2012 para o Campeonato de Moto 3, onde esteve até 2015, tendo registado nessa categoria diversos lugares no pódio e várias poles position. tendo neste último ano conseguido 6 vitórias e 3 segundos lugares que lhe garantiu o título de vice-campeão do mundo.

Em 2016 subiu à categoria de Moto 3, mas uma fratura da clavícula veio a força-lo a estar ausente de 4 grandes prémios.

Em 2017 e já integrando novamente a equipa da KTM Red Bull Ajo, conquistou a maior façanha que jamais algum piloto português de motociclismo almejou e que foram 9 subidas ao pódio, duas pole position, 3 vitórias nos três últimos grandes prémios, o que lhe valeu ter ficado em 3º lugar no Campeonato do Mundo de Moto2 a dois pontos do segundo classificado.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 23 de Novembro de 2017, na Costa da Caparica, delibera:

1. Saudar reconhecidamente a magnífica carreira desportiva do motociclista Miguel Oliveira e que muito tem prestigiado o Município de Almada, onde já é considerado uma grande referência do desporto;
2. Desejar que estes sucessos se repitam e que possam culminar com mais brilhantes vitórias em representação de Almada e de Portugal.”.

**6.4.2 – A Sr.ª Deputada Municipal Vanda Silva (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Congratulação Pelo reinício das obras de requalificação da Escola Secundária do Monte de Caparica.

“A Escola Secundária do Monte de Caparica, com cerca de 35 anos, serve uma população escolar numerosa, proveniente de quase todo o concelho e, em especial, da União das Freguesias da Caparica e Trafaria e da Freguesia da Costa de Caparica.





Em 2010, devido ao avançado estado de degradação e à notória necessidade de melhorias estruturais urgentes, foi uma das escolas selecionadas para intervenção, tendo sido integrada na 3ª fase de modernização da escola Parque Escolar E.P.. Este processo deveria ter conduzido à modernização da Escola Secundária do Monte de Caparica, tornando-a num espaço de aprendizagem adequado aos desafios educativos do século XXI.

No ano de 2011, as obras foram interrompidas, tendo provocado graves constrangimentos ao normal funcionamento da Escola, com os alunos a ter aulas em monoblocos, sem um refeitório adequado e sem condições de aprendizagem.

Considerando a gravidade desta situação, o governo, por intermédio dos Ministérios das Finanças e da Educação, aprovou a portaria conjunta nº391/2017 de nove de novembro, tendo em vista a conclusão das obras de modernização da Escola Secundária do Monte de Caparica.

A portaria de extensão de encargos acima referida prevê a disponibilização de 4.000.000 € (quatro milhões de euros) já em 2018 e a verba restante no ano de 2019 para que o total perfaça os 9.056.473,99 € (nove milhões cinquenta e seis mil quatrocentos e setenta e três euros e noventa e nove cêntimos), valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 23 de novembro na Cidade da Costa de Caparica, delibera:

1 - Congratular-se com o desbloqueamento por parte do XXI Governo Constitucional das verbas necessárias à conclusão da empreitada de execução das obras de modernização da Escola Secundária do ES do Monte de Caparica.

2 - Sublinhar a importância de, com a melhoria da qualidade deste equipamento escolar, serem garantidas efetivas melhorias nas condições de aprendizagem dos alunos que frequentam esta escola, preparando-os melhor para os desafios tecnológicos e científicos presentes e do futuro”.

**6.4.3 – A Sr.ª Deputada Municipal Sandra Moço (PAN):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**6.4.3.1 – Moção/Recomendação Promoção da Floresta Autóctone e sensibilização para a sua importância.**

“A 23 de Novembro celebra-se o Dia da Floresta Autóctone.

A comemoração deste dia tem como principal objetivo promover a divulgação da importância da conservação das espécies arbóreas originárias do nosso território como os carvalhos (sobreiros, azinheiras e outros tipos de carvalhos), medronheiros, azereiros, pinheiros-mansos ou loureiros.

Estas espécies arbóreas, melhor adaptadas às condições dos solos e clima da região mediterrânica do que as espécies introduzidas, possuem uma forte capacidade de resistência a longos períodos de seca ou chuva intensa, assim como uma importante resiliência aos incêndios florestais



As florestas autóctones fazem parte do nosso ecossistema, constituem locais de refúgio e reprodução para um grande número de espécies animais autóctones, contribuindo para uma desejável conservação da biodiversidade.

Considerando que:

a) A preservação deste tipo de florestas reveste-se da maior importância uma vez que exercem um papel importante na fixação de gases com efeito de estufa (retirando dióxido de carbono da atmosfera), na proteção e defesa dos solos contra a erosão eólica e hídrica, na proteção microclimática, na regulação dos recursos hídricos, constituindo um elemento importante no combate às alterações climáticas;

b) O concelho de Almada possui um vasto património natural, que inclui bosques de carvalho-cerquinho na Frente Ribeirinha Norte, sobreirais no interior do concelho, o extenso Parque da Paz e a Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos integrada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, entre outros importantes espaços verdes;

Considerando que a qualidade de vida nas cidades está estreitamente associada à existência de espaços verdes, que proporcionam espaços de lazer, contribuem para a manutenção da qualidade do ar e potenciam a sensação de bem-estar;

c) As populações ainda não estão suficientemente sensibilizadas para a dupla vertente de proteção e valorização da floresta autóctone,

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 23 de novembro de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A preservação dos corredores verdes/ecológicos existentes no concelho e a criação de novos sempre que possível.
2. A promoção da produção das espécies autóctones nos viveiros municipais;
3. A renaturalização de áreas degradadas e muitas vezes abandonadas, recorrendo à plantação de espécies autóctones;
4. O património arbóreo de cada município único, demora anos a crescer e deve ser respeitado. O abate de qualquer árvore ou conjunto de espécies arbóreas autóctones deve ser precedido não só de um parecer técnico que o justifique, mas também de uma informação aos munícipes;
5. A realização de campanhas de sensibilização junto da população para a necessidade de preservar e gerir de forma sustentada a mancha florestal autóctone;
6. Que, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, organize iniciativas que, no âmbito da educação e sensibilização ambiental, promovam a preservação das florestas autóctones;
7. A saudação oficial do Dia da Floresta Autóctone.”.

#### **6.4.1.2 – Moção/Saudação Serviços Municipalizados de Água e Saneamento**

“A Lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto estabelece as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência e tem como objetivos a promoção da igualdade de



oportunidades assim como a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação das pessoas com deficiência.

Estabelece alguns pilares fundamentais como o princípio da singularidade (reconhecimento da singularidade da pessoa com deficiência devendo a sua abordagem ser feita de forma diferenciada tendo em conta as considerações pessoais), o princípio da cidadania (a pessoa com deficiência tem direito ao acesso a todos os bens e serviços da sociedade) e o princípio da não discriminação.

Este princípio estabelece que as pessoas não podem ser discriminadas, direta ou indiretamente, com base na deficiência e que devem beneficiar de medidas de ação positiva com o objetivo de garantir o exercício dos seus direitos e deveres corrigindo uma situação factual de desigualdade que persista na vida social.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS ao disponibilizarem, desde o passado dia 23 de Outubro, um serviço de vídeo-interpretação de Língua Gestual Portuguesa que permite que as pessoas surdas contactem o centro de atendimento ou sejam atendidas presencialmente, garantem o exercício dos direitos das pessoas com deficiência.

Considerando que:

- a) Os SMAS são o primeiro serviço municipalizado a disponibilizar este tipo de serviço à Comunidade Surda;
- b) Sendo ainda necessário percorrer um longo caminho no que diz respeito à implementação dos direitos das pessoas com deficiência, todas as medidas que contribuem para a inclusão e não discriminação das pessoas surdas merecem a nossa congratulação;
- c) Iniciativas deste tipo são extremamente positivas e devem servir de exemplo a muitas outras a implementar no Concelho de Almada;
- d) A disponibilização deste serviço permite que a Comunidade Surda possa, de forma autónoma e inclusiva, realizar todos os serviços disponibilizados no atendimento dos SMAS;

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 23 de Novembro de 2017, delibera saudar os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS pela disponibilização de serviço de intérprete de Língua Gestual Portuguesa à Comunidade Surda do Concelho de Almada.”.

**6.4.4 – O Sr. Deputado Municipal José António Rocha (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação pela Defesa da Democracia na Catalunha

1. “Ao fim de onze anos de tensão social e política, que começou com um processo de reforma do Estatuto de Autonomia, que, depois de aprovado por 85% do Parlamento da Catalunha, foi amputado pelo Congresso Espanhol e definitivamente revertido pelo Tribunal Constitucional em 2010, o Governo Catalão iniciou um processo de autodeterminação que, rejeitadas todas as instâncias de diálogo pelo governo espanhol, acabou com uma declaração de independência da Catalunha, aprovada pelo Parlamento após um referendo amplamente participado;



2. No mesmo dia, o Senado espanhol aprovou a suspensão da autonomia da Catalunha: o Governo da Catalunha foi demitido, o Parlamento foi dissolvido e convocaram-se novas eleições, num contexto em que muitos dos potenciais candidatos e atuais governantes democraticamente eleitos estão presos.
3. A ordem de prisão preventiva de oito membros do governo da Catalunha envergonha todas e todos os democratas. A constituição de presos políticos é mais um passo para agudizar a situação política vivida na Catalunha e um obstáculo a qualquer solução democrática. Os ministros agora presos faziam parte de um governo democraticamente eleito, que defendeu, pacificamente, as suas posições políticas.
4. Contra a própria Constituição Espanhola, o Governo, o Ministério Público e as forças policiais espanholas praticaram e continuam a praticar uma multiplicidade de atropelo aos direitos cívicos, político e humanos na Catalunha, em especial contra a liberdade de associação e de expressão;
5. Esses atropelos devem ser denunciados, tal como já o fizeram o Conselho da Europa, a Amnistia Internacional, a Human Rights Watch ou o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que, já a 28 de setembro, se mostrou *“preocupado com as medidas a que estamos a assistir porque violam direitos individuais fundamentais, censurando informação pública e impedindo o debate num momento crítico para a democracia em Espanha”*;
6. Tudo isto ocorre ao fim de 38 anos de restauração formal da autonomia catalã, depois de esta ter sido revogada pelo General Franco em 1939, no momento em que ocupava militarmente a Catalunha Republicana;
7. Ao optar pela via da repressão e da intimidação, suspendendo de facto a autonomia da Catalunha que custou séculos de conquistas, o Governo espanhol assume uma atitude que, no passado, abriu caminho para o pior da história de Espanha. A História demonstra amplamente que, para negar o direito dos povos a direitos cívicos tão básicos, é inútil esgrimir a legalidade, porque são ilegítimas as formas de legalidade que ofendam direitos universais;

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 23 de novembro de 2017, delibera:

- a) Expressar a sua solidariedade para com o povo da Catalunha;
- b) Expressar o seu repúdio a todas as formas e tentativas de limitar os mais básicos direitos políticos e cívicos de cidadãos;
- c) Expressar a sua solidariedade para com todos e todas que defendem a democracia e o direito dos povos a decidir;
- d) Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”.

**6.4.5 – A Sr.ª Deputada Municipal Inês Bom (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação pelo Fim da Violência contra as Mulheres



“Comemora-se no próximo dia 25 de Novembro o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, data instituída pela ONU desde 1999 para mobilizar a sociedade em todo o mundo contra esse flagelo. A data foi escolhida para homenagear as três irmãs Mirabal, ativistas na luta contra o ditador Trujillo da República Dominicana, mortas nesse dia no ano de 1960.

Em Portugal, desde 2004 e até final de 2016, isto é, nos últimos 13 anos de recolhas de dados sobre mortes de mulheres em contexto de conjugalidade ou de relações familiares privilegiadas, o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), um projeto que a UMAR iniciou em 2004, contabilizou 454 mulheres mortas às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros ou familiares e 534 tentativas de homicídio. O distrito de Setúbal continua a ser o terceiro distrito do país com maior número de mortes de mulheres – 46 em 13 anos. Em Almada há registo de três mulheres assassinadas, em 2012, 2014 e 2015. Havendo ainda a assinalar três tentativas de homicídio em 2012 e uma em 2016. Nestes relatórios da UMAR, quer nos casos consumados, quer nas tentativas de homicídio, surge em evidência um historial de presença de violência doméstica na relação de conjugalidade ou de intimidade entre a vítima e o agressor.

A nível internacional os números dizem que em três mulheres uma já foi ou será vítima de algum tipo de violência. São conhecidas experiências que mostram como as pessoas fingem desconhecer, tapam os olhos, evitam encarar e denunciar situações de violência que estão logo ali na casa ao lado, na rua por onde circulamos, dentro do elevador. Temos que “meter a colher”, ser definitivamente intolerantes para com a violência. Mesmo que não nos afete, intervir, denunciar, apoiar e lutar pela erradicação da violência são deveres da cidadania e de uma sociedade decente.

A frieza dos números tem de ter uma tradução nas consciências de que são pessoas que foram maltratadas e a algumas foi mesmo retirado o direito básico a viver. Sabemos que o aumento das participações corresponde a uma maior consciência dos direitos que levaram a que alguém deixasse de ter vergonha, que alguém decidisse intervir, que alguém deixasse o silêncio e pedisse ajuda. Sabemos que o facto de haver mais participações não significa que agora há mais violência do que antes. Não. Agora há mais consciência dos direitos, as campanhas e as organizações de direitos das mulheres têm feito um caminho, mas é impossível que esta constatação nos satisfaça. Uma que seja é uma vida que foi abusivamente retirada.

A violência contra as mulheres é um problema de poder, de justiça, de igualdade, de educação, de segurança e deriva de uma discriminação de género que está na base da sociedade sexista e desigual em que vivemos. Quando lemos as notícias, é recorrente surgir o ciúme, as atitudes possessivas, o controlo, a incapacidade de lidar com o sentimento de perda como “explicações” para os assassinatos de mulheres. Há que desfazer alguns mitos e narrativas que tentam explicar e desculpabilizar este crime como o álcool ou a crise. Não negamos que a crise seja potenciadora de atitudes de frustração, depressão e revolta, mas não é determinante nem pode ser desculpa para a consumação de crimes.

Temos leis. Temos planos contra a violência de género. Mas não podemos tolerar o massacre que é a vida, as vidas de milhares e milhares de mulheres. A lei não basta; por isso, os membros da sociedade têm que





intervir, denunciar e não fechar os olhos. A prevenção é fundamental, as campanhas, todos os meios que eduquem para o respeito, a não discriminação, a cidadania têm de ser constantes e eficazes. A justiça tem que ser rápida e tem que dar sinais claros de que protege as vítimas e pune os agressores.

A violência mata! Não podemos tolerar.

No próximo dia 25 de Novembro, voltaremos a ser confrontados com números da violência. Qualquer que seja esse número bastava uma mulher assassinada para a sociedade se levantar e dizer: BASTA! Nesse dia, mulheres e homens em todo o mundo estarão na rua a denunciar e a lutar contra tais crimes. Também em Portugal estaremos na rua a levantar as nossas vozes contra a violência de género e a dizer Nem mais Uma! Queremos respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 23 de Novembro de 2017, em sessão extraordinária, decide:

1. Apelar aos cidadãos e às cidadãs para que se mobilizem contra os crimes de violência doméstica, designadamente ao nível do Plano Municipal de Combate à Violência contra as Mulheres e de género.
2. Apelar à participação nas iniciativas que se realizam no próximo dia 25 de Novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.
3. Desenhar campanhas de sensibilização e informação da população para esta problemática, no âmbito das parcerias da Rede Social do nosso concelho.”.

#### **6.4.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

##### **6.4.6.1 – Moção/Saudação à Luta dos Professores**

No dia 15 de novembro, professores e professoras de todo o país fizeram uma greve importante pela recuperação de direitos e pela dignificação das suas carreiras; esta greve culminou com manifestação e concentração frente à Assembleia da República.

Como os restantes funcionários públicos, os professores tiveram a sua carreira congelada entre 2005 e 2007 e, novamente, entre 2011 e 2017; este congelamento, associado aos cortes salariais diretos, não foi mais do que uma forma de desvalorizar os seus salários.

Num momento político de recuperação de rendimentos e de direitos, urge devolver dignidade à função pública, através do descongelamento das carreiras, que será conseguido durante o ano de 2018. No entanto, algumas carreiras terão um destino diferente, como será o caso dos professores, que têm regras de progressão específicas e, por isso, o descongelamento destas carreiras acontecerá a 1 de janeiro de 2018 como se os últimos anos não tivessem existido.

Não é justo que tal aconteça, pois é o mesmo que dizer que o tempo de serviço não é contado para efeitos de progressão de carreira, como se não tivessem estado na escola durante todos esses anos, apesar de terem sido responsáveis pela capacidade de resistência da Escola Pública e da qualidade da educação aos ataques de austeridade.



É, por isso, importante que se mantenha a pressão por parte dos professores para que as negociações com o governo nesta matéria sejam levadas a bom porto, no respeito pela necessária dignificação da profissão e dos salários de quem foi espoliado de progressões pelos ataques de austeridade durante o governo PSD/CDS.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 23 de novembro de 2017, delibera:

1. Saudar a luta dos professores, que se consubstanciou em greve e manifestação no passado dia 15 de novembro de 2017, pela dignificação da profissão e pela contagem do tempo de carreira para a progressão das carreiras.”.

**6.4.6.2 – Moção/Deliberação Sobre as Descargas de Efluentes Domésticos na Praia do 2º Torrão, na Trafaria.**

“Ao longo de 2017 há registo de, pelo menos, três descargas de efluentes domésticos na praia do 2º Torrão., na Trafaria, tendo uma ocorrido em Julho, outra em Setembro e a última já no decurso do último mês.

Sendo uma praia frequentada por adultos e crianças, na sua maioria, residentes no bairro adjacente à praia, estas cargas representam uma séria ameaça à saúde pública. Há, também, a registar a utilização frequente daquela zona por pescadores

Acontece que, de acordo com os relatos que chegaram ao conhecimento desta Assembleia Municipal, a população não foi, sequer, convenientemente alertada para a ocorrência destas descargas, tendo continuado a utilizar a praia sem quaisquer preocupações.

A Presidente da Câmara Municipal de Almada anunciou, na reunião do Executivo de dia 15 de Novembro, que iria estudar o assunto e apresentar conclusões. Não obstante este compromisso, bem como as conclusões que daí resultarem, a defesa das populações e da sua qualidade de vida devem estar no topo das prioridades desta Assembleia Municipal.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 23 de novembro de 2017, delibera:

1. Recomendar aos SMAS Almada que, no futuro, não recorram a descargas para a praia do 2º Torrão em caso de avaria da bomba do coletor de efluentes domésticos e que encontrem uma alternativa que não prejudique o decurso normal da vida das pessoas que ali vivem e/ou frequentam aquela praia.”.

**6.4.7 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Seca Severa e Extrema

“O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) classificou o território nacional como encontrando-se em período de seca severa e extrema, devido à anormal ausência de precipitação, situação essa, que deixa Portugal muito próximo de uma calamidade mesmo que nalguns pontos do país não seja ainda tão perceptível.



Este cenário, a manter-se, irá, inquestionavelmente, ter repercussões negativas em toda a sociedade desde a economia à agricultura tendo influência no quotidiano de todos os portugueses, nomeadamente no custo final de bens essenciais.

As medidas de urgência tomadas pelo estado e pelos municípios mais afetados com o cenário de seca severa e extrema onde se inclui a possibilidade de racionar água, espelha bem e confirma o cenário em que se encontra o país no que diz respeito à falta de chuva atingindo mesmo valores de água no solo inferiores a 20%.

Face a isto, é imperativo que também os municípios, mesmo aqueles que não se encontrem ainda em situação de emergência, possam tomar medidas suplementares às suas práticas quotidianas, com a finalidade de criar novos hábitos e rotinas que evitem ao máximo quer o desperdício e perdas de água quer levar ao incremento de uma maior poupança e diminuição de custos deste recurso natural e essencial à vida humana.

O Município de Almada não deverá ser exceção, razão pela qual, deverá intensificar, incentivar e implementar hábitos que minimizem o impacto da seca e da falta de água junto das populações, apostando na prevenção e na informação, adequando ao máximo e em simultâneo, os métodos utilizados no decorrer da prossecução das funções de gestão do concelho nos vários sectores às suas verdadeiras e essenciais necessidades.

A poupança do recurso natural água, a procura de alternativas, o seu reaproveitamento, e a sua gestão adequada, devem ser prioridades eleitas como uma responsabilidade que deve caber a todos com a responsabilidade acrescida dos órgãos decisores.

Desta feita, perante uma realidade com a qual nos confrontamos, devem ser criadas condições para que se possa contornar o problema da falta de chuva, não podendo o concelho de Almada ficar de fora assumindo assim, a sua parte de responsabilidade indo ao encontro de novos hábitos e métodos minimizadores da escassez de água no território local.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida extraordinariamente, na Freguesia da Costa da Caparica, no dia 24 de Novembro de 2017, toma a seguinte posição:

- 1 – Reconhece o estado de seca severa e extrema classificado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), que atinge o território nacional, problema esse que acarreta consigo os malefícios subjacentes a este tipo de fenómeno
- 2 - Recomenda à Câmara Municipal de Almada que dentro daquelas que são as suas competências e atribuições, intensifique na sua plenitude, os meios de combate ao desperdício e perda de água, salvaguardando sempre os requisitos mínimos para a normal prossecução das suas tarefas diárias junto dos almadenses dando assim o exemplo.
- 3 – Recomenda à Câmara Municipal de Almada que intensifique e promova os meios de informação, de esclarecimento e de incentivo junto dos munícipes, para não só, relembrar a responsabilidade e o papel



que cada um deverá ter tal como para a implementação de hábitos que melhor protejam este recurso natural

4 – Saudar o SMAS pelo 1º Prémio obtido na presente semana no âmbito do *Pipe Contest 2017*.”.

**6.4.2** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais:

-António Salgueiro (PSD); Carlos Revez (CDU); Ivan Gonçalves (PS); João Geraldês (CDU); Carlos Guedes (BE);

**6.4.2.1** – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente ao Voto de Congratulação do Partido Socialista, sobre o reinício das obras de requalificação da Escola Secundária do Monte de Caparica, naturalmente que votamos a favor, até porque todos sabemos é uma obra que já devia estar concretizada há vários anos.

Acerca do Voto de Saudação do PAN aos Serviços Municipalizados, a propósito da implementação e disponibilização deste serviço de Vídeo-interpretação de Língua Gestual Portuguesa à comunidade surda do Concelho, votaremos logicamente de modo favorável.

No que diz respeito a proposta de recomendação do PAN sobre a promoção da Floresta Autóctone e sensibilização para a sua importância iremos também votar afirmativamente, mas dando nota que já é prática habitual da Câmara Municipal, manter a arborização no Concelho de Almada, tendo em conta a estrutura ecológica Municipal bem como garantir todas as operações de preservação e criação de corredores ecológicos associados.

No que diz respeito a espécies representativas da Floresta Autóctone, salienta-se que os viveiros municipais são presentemente o grande fornecedor destas espécies. Relativamente ao abate de árvores, os serviços têm sempre em conta o valor das mesmas e a biodiversidade que lhes está associada. Só se efetua a remoção em situações devidamente avaliadas e justificadas.

Hoje em dia já se efetuam também diversas campanhas de sensibilização tendo em vista o desenvolvimento de projetos educativos articulados com a comunidade escolar.

No que se refere ao voto de saudação do Bloco de Esquerda à luta dos Professores, quero realçar que apesar da sua justa luta pelo descongelamento das carreiras, não foi o Governo do PSD, que congelou essa progressão nem em 2005, nem em 2011, e que também não foi o Governo do PSD que impôs uma cláusula a impedir que o tempo de congelamento viesse a contar para as progressões futuras, e lembrar também que o atual Governo já está em funções há dois anos e que também não quis ainda resolver o problema. E que essa norma se tem mantido em vigor com o apoio do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Ecologista os Verdes.

Abster-nos-emos, entretanto, nesta votação, já que não se encontra bem esclarecido do nosso ponto de vista, qual o impacto orçamental dessa medida.



Sobre a recomendação do Bloco de Esquerda relativa às descargas de efluentes domésticos que aconteceram este ano na praia do 2º Torrão, consideramos pertinente e iremos votar a favor.

No que diz respeito à recomendação do CDS relativa ao período de seca que o país atravessa, iremos também votar a favor.”

**6.4.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revez (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para dar o nosso sentido de voto acerca das duas moções relativas aos SMAS.

No respeitante à moção do PAN sobre a Língua Gestual associamo-nos por completo a esta moção, até porque foi um projeto que já vem de trás e que agora foi implementado e muito bem e, portanto, iremos votar a favor.

Em relação à moção sobre as descargas no 2º Torrão apresentada pelo Bloco de Esquerda, nós olhamos para a parte deliberativa de forma positiva, entendemos que é assim que aqui está escrito e, portanto, o que se propõe é que sejam estudadas opções viáveis e que possibilitem eventualmente se for entendido o evitar dessas descargas no 2º Torrão. Pondo esta questão assim, nós iremos votar favoravelmente.”

**6.4.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro ponto abordar também aquilo que foi a declaração política que a CDU nos trouxe a esta Assembleia e saudar aquela que nos parece que é a evolução de posição que a CDU fez ao longo destas últimas semanas. Se numa primeira fase também começamos por ver de alguma forma ser criticada aquela que foi a posição que os almadenses tomaram ao optar no dia 1 de outubro por ter uma mudança naqueles que eram os destinos de condução da nossa autarquia, o que é facto é que hoje percebemos que a CDU nos traz uma saudação aos almadenses que nós também acompanhamos, não deixando também de acompanhar ou aliás de fazer uma saudação, que é merecida, a todos os autarcas e a todos os eleitos, a todos os Partidos que ao longo destes quarenta anos geriram o Município de Almada, em particular como é obvio aos autarcas da CDU que tiveram também o privilegio de presidir à Câmara Municipal de Almada. Mas se não foi possível estabelecer um acordo com a CDU a propósito daquela que ia ser a governação durante estes quatro anos, sabemos também que todos os Partidos foram convidados a fazer parte desta solução política. E se todos os Partidos foram convidados a fazer parte desta solução política e se alguns deles não aceitaram fazer parte desta mesma solução, a eles deve ser perguntado o porquê de não terem querido fazer parte dela, ainda que nos parece que, tendo em conta aquelas que foram as preocupações que a CDU elencou e bem para os próximos quatro anos de mandato, seria muito mais proveitoso podermos contar também com o empenho da CDU, tendo pelouros e tendo funções executivas na Câmara, para que pudesse ao longo destes quatro anos ajudar a resolver os muitos problemas que foram elencados e que infelizmente não puderam ser resolvidos ao longo destes quarenta anos.





Dizer também que em quatro semanas é muito difícil fazer aquilo que não se fez em quatro décadas, e, portanto, temos a expectativa que, com a mudança que os almadenses expressaram nas eleições do dia 1 de outubro, nós possamos vir a ter uma verdadeira alteração na forma como algumas das questões sugeridas no Município de Almada e que naturalmente faz parte do processo democrático. Faz parte e cabe-nos também aceitar com bastante fair play democrático.

Quanto às moções que nos são trazidas aqui hoje. Em relação à questão da Catalunha e tendo em conta que esta moção é apresentada e que discute apenas as ações de violência contra o povo catalão, o Partido Socialista não pode deixar de se associar a esta moção, não tecendo considerações contra aquelas que são as intenções independentistas do Governo da Catalunha, lembrando também que foi por iniciativa de um Governo do Partido Socialista Operário Espanhol que se tentou fazer uma revisão dos termos da autonomia da Região da Catalunha, que foi também um Governo do PP que, de alguma forma, a impediu e que também levou a que nós neste momento tivéssemos uma situação muito mais agudizada e muito mais estremada em todas as posições que tomadas em território espanhol. Ainda assim, e deixando de lado este tipo de considerações, sendo uma moção que vai ao encontro das nossas preocupações, também que não se agudize a violência, votaremos favoravelmente.

Votaremos também favoravelmente a moção contra a violência contra as mulheres, sendo que é uma questão como é óbvio, em nosso entender, deve ser totalmente erradicada da sociedade, e é uma questão que não nos levanta qualquer tipo de problemas.

Quanto à moção do CDS-PP, relativamente a seca severa que o território nacional português vai sofrendo, esta parece-nos que é uma moção meritória e que insta aqui também que a Câmara Municipal tome medidas a que preserve esse recurso que é cada vez mais escasso que é para todos nós a água. E, portanto, votaremos favoravelmente esta moção.

Quanto aos votos de saudação a Miguel Oliveira e aos SMAS, votaremos naturalmente também favoravelmente.

Relevar também a posição do PAN e a posição dos SMAS quanto à importância de que possam ser incluídas as pessoas surdas e que possam também ter acesso àquilo que são as informações que este órgão público tem para lhes dar.

Quanto à questão que nos foi colocada sobre as descargas no 2º Torrão, parece-nos que esta questão, sendo um pouco mais complexa do que aquilo que é apresentado na moção que o Bloco de Esquerda aqui nos trouxe hoje, porque de facto não é pura e simplesmente uma questão que possa ser resolvida por intervenção da Câmara Municipal, a nossa proposta seria que esta moção descesse à Comissão de Representantes dos vários Partidos uma vez que ainda não existe nenhuma Comissão constituída e que aquando da sua constituição esta pudesse trabalhar sobre este tema para que esta situação de facto não se repita, estando também certos de a Câmara Municipal nos poderá dar mais alguns esclarecimentos sobre a natureza destas descargas.



1/2

Por ultimo, quanto à questão da luta dos Professores, existe uma preocupação do Partido Socialista para que esta situação seja resolvida. Não deixamos também de alguma forma de achar um pouco injusto que o Partido que se comprometeu no seu programa do Governo a descongelar as carreiras na Função Pública em 2018, ao contrário daquilo que foi feito também pelos Partidos à direita cuja proposta que era inserida no seu programa do Governo, não era para que o descongelamento fosse feito durante esta legislatura, mas que neste momento existam mais protestos do que aqueles que existiram aquando do congelamento da progressão nas carreiras. Mas naturalmente a luta dos trabalhadores é também importante, os Professores fazem a luta de acordo com aquilo que são as suas convicções, em nosso entender e uma vez que decorre um processo negocial que ao que parece está a ser conduzido de forma a chegar a bom porto, vamo-nos abster nesta moção porque e é importante também que seja salvaguardado, que seja encontrada uma solução que possa garantir a sustentabilidade da progressão das carreiras na Administração Pública e em particular na carreira dos Professores portugueses.”

**6.4.2.4 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Tentando sublinhar a ideia que foi apresentada, o Grupo de Eleitos do Partido Socialista aquilo que propõe é que a moção sobre o 2º Torrão possa baixar à Comissão respetiva, só que enquanto a Comissão respetiva não for instalada, deverá ser a Conferência de Representantes a assumir esse papel para que o assunto não seja esquecido.

Portanto essa é a proposta, claro que só pode fazer vencimento se tiver a concordância dos Proponentes.”

**6.4.2.5 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para dar conta da orientação de voto da CDU nas moções que o meu Camarada Carlos Revés ainda não referiu, mas antes disso deixar aqui uma nota de registo pelo facto do Partido Socialista pela voz do Senhor Deputado Ivan Gonçalves, ter sentido necessidade de produzir aqui uma declaração politica em torno da declaração politica que a CDU aqui trouxe, é interessante.

Mas é preciso detalhar um aspeto que o Senhor Deputado Ivan Gonçalves não referiu. Sendo verdade que o Partido Socialista apresentou propostas para a distribuição de pelouros a todas as forças politicas com representação na Câmara Municipal, não é menos verdade que pelo menos uma dessas forças políticas apresentou uma contraproposta que não teve resposta. Portanto é preciso detalhar também esta questão. Relativamente às moções, nós iremos votar a favor todos os documentos que foram apresentados e dar nota relativamente a dois deles do seguinte:

A moção apresentada pelo Partido Socialista relativa à Escola Secundária do Monte de Caparica, acompanhamos obviamente a preocupação que aqui é expressa que aliás sublinhamos que desde as Associações de Estudantes, Associações de Pais, de Professores, Órgãos das Freguesias, Órgãos Municipais incluindo esta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e Movimentos de Cidadãos, ao longo de muitos



anos reivindicaram a conclusão daquelas obras. Foram interrompidas em 2011 por decisão do Governo do PSD e CDS-PP. E sublinhamos que é muito importante que as obras sejam agora retomadas, aliás elas foram interrompidas quando se perspetivava um prazo de execução do resto das obras de meses, agora perspetivam-se dois anos. E não podemos deixar de sublinhar, que sendo importante que as obras recomecem neste momento, o Governo atual demorou dois anos a decidir o reinício das obras. Mas acompanharemos o Partido Socialista e votaremos a favor desta moção.

A segunda nota é sobre a questão da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente à violência contra as mulheres, porque julgamos que a Câmara de Almada lançou há algum tempo, não tenho presente há quanto, um plano municipal contra a violência contra as mulheres e de género, e que enriqueceria a moção se fosse possível incluir na parte deliberativa e o que nós sugeríamos era que eventualmente no ponto 1, apelar aos cidadãos e cidadãs para que se mobilizem contra os crimes de violência doméstica, designadamente no âmbito do plano municipal contra a violência contra as mulheres e de género. É uma sugestão que deixamos ao Bloco de Esquerda se estiverem de acordo, de qualquer forma mesmo que não seja aceite esta proposta nós acompanharemos a votação e votaremos favoravelmente.

Senhor Presidente, se me permite, nós teremos uma declaração de voto para apresentar relativamente à moção sobre a Catalunha, mas faríamos essa apresentação depois da votação da moção.”

**6.4.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aceitamos a inclusão do que foi proposto agora pelo Senhor Deputado João Geraldês na moção pelo fim da violência contra as mulheres.

Em relação àquilo que foi sugerido pelo Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, é preciso atentarmos aquilo que está escrito na parte resolutiva e eu vou rele-la apenas para que todos, e quem está sentado da parte de fora e não tem o texto: “Recomendar aos SMAS de Almada que no futuro não recorram a descargas para a praia do 2º Torrão em caso de avaria da bomba do coletor de efluentes domésticos e que encontrem uma alternativa que não prejudique o decurso normal da vida das pessoas que ali vivem e/ou que frequentam aquela praia”. Eu não vejo de que forma é que o que aqui está escrito possa ser melhorado numa reunião de representantes em tempo útil ou sequer em qualquer tempo. É uma recomendação que nós fazemos, é uma recomendação que nós queremos ver cumprida e queremos que os SMAS encontrem uma solução. Não estabelecemos sequer um prazo, naturalmente que queríamos que isto ficasse em vigor a partir de hoje, deste momento, que não voltassem a acontecer aquelas descargas. Aquilo que nós não vemos objetivamente é o que é que a moção em si poderá ganhar ou aquelas pessoas concretamente que vivem ali e que frequentam aquela praia, têm a ganhar com o facto desta moção descer à reunião de representantes, até porque como Senhor Deputado muito bem disse no início da sua intervenção não temos ainda as Comissões a funcionar e eu, tendo em conta os próximos tempos e a quantidade de tarefas que teremos em mão, eu sou levado a desconfiar, não a palavra melhor, mas suspeitar que não vamos ter



JK

tempo na Conferência de Representantes para tratar deste assunto. E, portanto, creio que a recomendação e o que está lá expresso é suficientemente lato, embora seja uma vontade muito afirmativa, muito forte de que não voltem a acontecer tais descargas, queremos é que de facto os SMAS encontrem uma solução que não prejudique o decurso normal da vida de quem frequenta aquela praia. E cremos que é razoável, não é uma exigência descabida até porque esta discussão já foi alvo de ampla discussão nesta Assembleia.

Quanto a questões de intervenções políticas e das respostas e contrarresposta. Aquilo que nós queremos que fique claro, que a posição do Bloco de Esquerda foi muito clara e foi declarada numa só vez num comunicado que fez pouco tempo depois das eleições, e que apesar de haver propostas por parte de quem venceu as eleições e de contrapropostas por parte de quem participou nelas e não ganhou, nós só conhecemos uma das propostas e não conhecemos mais nenhuma.”

**6.4.3** - Usou ainda da Palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, uso a palavra para partilhar com a Assembleia e com os Senhores Deputados Municipais uma serie de informações que obtivemos, desde já, relativamente ao caso do 2º Torrão. Tal como vem dito na moção, de facto na penúltima reunião de Câmara foi desde logo suscitada uma serie de pedidos no sentido de fazermos a avaliação, não só do que aconteceu exatamente com as duas descargas ou três, mas das duas últimas descargas que aconteceram no 2º Torrão, para depois também fazermos a avaliação em termos de saúde pública. E acho que é importante até para podermos avaliar esta moção eu poder partilhar convosco as informações.

Houve duas razões, uma delas já foi aqui invocada, uma das descargas deve-se de facto a uma avaria da estação elevatória o que obrigou, e foi uma avaria imprevista, a uma descarga.

Relativamente a essa avaria que pelos vistos voltou a acontecer, posso já anunciar aqui, à Assembleia, que a resolução do problema desta Estação Elevatória vai iniciar-se já na próxima segunda-feira, pelo que se espera que aquilo que provocou aquela descarga não volte a acontecer.

Relativamente ao facto de, de alguma maneira, portanto, fechar a bomba do coletor de efluentes domésticos, importa lembrar, e foi isso que nós descobrimos, que era um facto que nós não sabíamos e que é mais grave do que o problema das descargas, temos um problema de saneamento básico. Sobretudo de uma vala a descoberto que é alvo sistemático dos despejos dos dejetos por parte dos moradores e que ali se acumulam. E essa vala é uma vala pluvial, é uma vala para o escoamento das águas da chuva e que, portanto, o estar por exemplo a fechar essa vala ou estar a impedir o escoamento de águas por essa vala, que também serve de alternativa quando há uma avaria, poderia provocar algo de ainda pior que seria a inundação do próprio território e do próprio bairro.

Portanto nós temos aqui dois problemas para solucionar. Um é mais fácil de solucionar que é de facto a reparação e aí a resolução como eu digo inicia-se já na segunda-feira. O outro é de encontrarmos rapidamente o problema do saneamento básico daquelas pessoas e tentar evitar que, de alguma maneira,



se acumulem dejetos naquela vala, que é uma vala essencial para o escoamento das águas, quando surge uma grande descarga de água. No fundo esses dejetos estão sempre a correr para o mar, sempre.

A questão é que estão sempre a correr em pequenas quantidades. No final do Verão, com as primeiras chuvas, correm em grandes quantidades e, portanto, o problema não é tanto o escoamento das águas, é o facto daquela vala estar a servir como saneamento básico. Por isso é que me pareceria justamente sensato reavaliar a moção, porque da forma como aqui está descrita, que não se recorra a descargas para a praia. Infelizmente temo que se se bloqueasse a possibilidade dessas descargas os efeitos poderiam ser muito piores do já são, sendo aquilo despejado para a praia. É evidente que a questão de avisar os moradores é essencial, sempre que não seja um acidente em que sejamos todos surpreendidos. Devem de imediato ser avisada a Associação de Moradores. Agora o encerramento, o fechar aquela possibilidade de escoamento de água, eu temo que daria origem, e agora estamos com as chuvas, mesmo que não seja a água mais suja que tem acontecido nas últimas descargas, temo que de qualquer maneira poderia provocar uma inundação no bairro e nas habitações com consequências ainda mais dramáticas. Já sabemos que as condições não são boas e nesse caso seriam ainda piores.

É nesse sentido que eu própria, mas aqui a Assembleia é soberana e fará com entender, pedia uma reavaliação, estando aliás disponível, eu própria quero ir fazer uma visita ao terreno. Esta questão da vala foi algo que me foi comunicado e portanto eu própria vou querer ir fazer uma visita ao terreno para poder verificar isso mesmo, e o que me deu a entender é que, justamente, o problema não estava nas descargas mas por onde essas descargas passam e o que é que elas trazem atrás, portanto convidar já quem quiser dos Senhores Deputados Municipais, a irmos fazer uma visita de facto ao terreno, para ver exatamente o que é que se está lá a passar, e se de facto o problema maior a atacar é já o problema das descargas da água ou se é o problema do que a água cruza quando é despejada. Portanto queria deixar essa nota.

Já que tenho a palavra Senhor Presidente, e vou tentar ser mais breve já sei que me alongo sempre um bocadinho.

Relativamente à moção relativa à seca, quero também informar aqui que já pedimos também aos SMAS, felizmente o Concelho de Almada tem boas reservas de água, nós não estamos propriamente em riscos de seca, mas consideramos que nos devemos solidarizar com o resto do país, e portanto estamos a preparar uma campanha justamente para apoiar nalguma contenção no consumo da água. Nós felizmente, de alguma maneira, estamos salvaguardados, mas para todos os efeitos é sempre um bom hábito ser poupado na questão da água que é um bem essencial.

E por ser um bem essencial permitam-me também mais uma vez que reafirme muito claramente que não há, nem nunca houve, nem nunca foi sequer abordado qualquer tipo de eventual ou pensável privatização dos SMAS ou de qualquer serviço. Não sei de onde nasceu essa ideia, nunca estive e aproveito já para responder ao Senhor Deputado João Geraldês, não sei mesmo de onde é que lhe pode ter surgido, nunca





esteve, nem nunca foi abordado nas conversações com o PSD, qualquer hipótese de privatização. Nem da nossa parte, nem da parte do PSD, qualquer, mas nem que seja do mais pequeno serviço dos SMAS.

Portanto quero descansar esta Assembleia, para aqueles que ainda estivessem inquietos sobre isso, que nunca essa questão esteve em cima da mesa.

Aproveito também, já que estou do uso da palavra, para dizer também que também não nos compete votar, mas com certeza que considero a moção relativamente à promoção da Floresta Autóctone muitíssimo importante. É verdade que muito já foi feito, mas obviamente a Câmara tem todo o interesse em prosseguir por essa via e até intensificar.

Permitam-me também de agradecer o voto de Saudação ao PAN pelo serviço que os SMAS disponibilizam, e também reafirmar algo que já afirmei, que uma das prioridades deste Executivo, é de facto fazer de Almada um exemplo enquanto Concelho inclusivo. Portanto a todos os níveis e para todos os tipos de acessibilidades.

Por fim e não querendo estar aqui a fazer nenhuma declaração política, permitam-me só dizer, eu considero que as negociações que foram feitas devem permanecer nalgum recato, mas se quiserem terei todo o gosto em partilhar, se acharem que isso é relevante. Acho que normalmente é de bom-tom terem algum recato. Não posso é deixar que seja dito que a contraproposta não obteve resposta, relembro que a contraproposta chegou na véspera da Tomada de Posse, à noite, penso que às nove ou às dez da noite, portanto vê-se a seriedade da contraproposta para podermos reunir com os órgãos necessários para responder, e que sim, obteve resposta Senhor Deputado João Geraldês, obteve resposta, lamento que não lhe tenha sido comunicado.

Não posso deixar também de me congratular que as novas disposições da CDU, teria apreciado (se me permite Senhor Deputado João Geraldês, eu estou a falar diretamente consigo), teria apreciado que essa boa disposição e essa abertura para a defesa dos interesses de Almada, o Senhor se tivesse lembrado dele no primeiro dia do nosso mandato, quando estava encarregue de nos receber e fazer a transição. Não posso deixar de deixar aqui registado que a pessoa que foi indicada pelo anterior Executivo para nos receber, que era o Senhor, não se dignou sequer a vir receber o novo Executivo à porta nem que seja para lhe desejar um bom trabalho.

Portanto, ainda bem que agora já mudou de atitude e estou certa que neste momento poderemos começar em melhores bases. Deveriam ter pensado um bocadinho melhor antes de fazer a sua declaração política.”

#### **6.4.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, nós vamos manter a moção e vamos leva-la a votação tal como está, não obstante estamos disponíveis e registamos a disponibilidade manifestada pela Senhora Presidente, gostaríamos muito de a acompanhar em todas as diligências que forem feitas em todos os sentidos para encontrar uma solução para aquele bairro, que já hoje está confrontado com problemas de águas das chuvas, porque quem



*Jd*

ali vive sabe muito bem o que é quando começa a chover e quando chove com a intensidade que choveu hoje entre a uma e as seis da tarde, aquelas pessoas já estão na rua a varrer a água para fora das suas casas. E aquele bairro não precisa de paliativos, aquele bairro precisa de uma solução definitiva.”

**6.4.5 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para, dirigindo-me diretamente à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, informar que sou Deputado Municipal, e é nessa qualidade, exclusivamente nessa qualidade que me encontro nesta sala. E é nessa qualidade e exclusivamente nessa qualidade que eu apresento declarações políticas em nome da força política que eu represento, que é a CDU. A declaração política não é minha, a declaração política é da Coligação Democrática Unitária que é um Coletivo que tem catorze Deputados Municipais e que obviamente discute internamente aquilo que apresenta ou deixa de apresentar.

Senhora Presidente da Câmara Municipal lamento, eu aqui sou Deputado Municipal.”

**6.4.6 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Deputado João Geraldês, por isso mesmo cumprimento a força política que representa e as observações que fiz apenas a si se dirigem.”

**6.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado:**

- (PSD) – Moção Saudação sobre Miguel Oliveira – aprovada por unanimidade;
- (PS) - Voto de Congratulação Pelo reinício das obras de requalificação da Escola Secundária do Monte de Caparica – aprovada por unanimidade;
- (PAN) – RECOMENDAÇÃO Promoção da Floresta Autóctone e sensibilização para a sua importância – aprovada por unanimidade;
- (PAN) - VOTO DE SAUDAÇÃO Serviços Municipalizados de Água e Saneamento aprovado por unanimidade;
- (BE) – Moção - Pela Defesa da Democracia na Catalunha – aprovada por maioria, com 32 votos a favor do PS, CDU, BE e PAN, incluindo os cinco presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias e 1 voto contra do CDS-PP e 5 abstenções do PSD;
- (BE) – Moção - Pelo Fim da Violência contra as Mulheres aprovada por unanimidade;
- (BE) - Voto de Saudação - SAUDAÇÃO À LUTA DOS PROFESSORES aprovado por maioria, com 19 votos a favor da CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta de União de Freguesias eleitos pela CDU, e 19 abstenções do PS, PSD e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta Freguesia e de União de Freguesias eleitos pelo PS;



- (BE) – RECOMENDAÇÃO - SOBRE AS DESCARGAS DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NA PRAIA DO 2º TORRÃO, NA TRAFARIA, aprovada por maioria, com 25 votos a favor da CDU, PSD, BE, PAN e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta de União de Freguesias eleitos pela CDU, e 13 abstenções do PS, incluindo os Presidentes de Junta Freguesia e de União de Freguesias eleitos pelo PS;
- (CDS-PP) – Recomendação sobre a Seca Extrema, aprovada por unanimidade.

**6.5.1** – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU), para apresentar uma declaração de voto sobre a Moção Pela Defesa da Democracia na Catalunha.

**6.5.1.1** – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

“A CDU acompanha em termos gerais as preocupações relativas a situação política vivida na Catalunha, expressas pelo texto apresentado pelo Bloco de Esquerda, concordando por isso com a proposta deliberativa que consubstancia a tomada de posição desta Assembleia Municipal nesta matéria. A CDU não pode, no entanto, deixar de reforçar a necessidade do estabelecimento de um entendimento que equacione a questão nacional em Espanha num quadro de evidente complexidade que a história e a realidade atual daquele país encerram. A resposta à questão nacional em Espanha terá que ser encontrada no plano de uma solução política integrando-a no quadro de uma resposta mais geral que assegure os direitos sociais e outros direitos democráticos dos trabalhadores e dos povos de Espanha, incluindo necessariamente o povo catalão.”

**7** – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

**7.1** - Entrou-se nos pontos 3.1 e 3.2 da agenda com a Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e Suplente aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portuguesas - ANMP” e Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal (Membro Efetivo e Membro Suplente).

**7.1.1** - Deram entrada na Mesa duas propostas de Candidatura para Representante do Município de Almada ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

Designada por Lista A, – Representante Efetivo – Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas – Ricardo Jorge Louçã e Representante Suplente – Presidente da Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó – Luís Filipe de Almeida Palma.

Designada por Lista B, – Representante Efetivo – Presidente da Junta de Freguesia de Costa de Caparica – José Ricardo Martins e Representante Suplente – Presidente da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira – Pedro Matias.

**7.1.1.2** - Deram entrada na Mesa duas propostas de Candidatura para Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal:



Designada por Lista A, – Representante Efetivo – Presidente da Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria – Teresa Paula Coelho e Representante Suplente – Presidente da Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó – Luís Filipe de Almeida Palma.

Designada por Lista B, – Representante Efetivo – Presidente da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda – Pedro Matias e Representante Suplente – Presidente da Junta de Freguesia de Costa de Caparica – José Ricardo Martins.

**7.1.1.3 - Usaram da palavra os senhores deputados municipais:**

João Galdes (CDU), Ivan Gonçalves (PS) e ainda o Presidente da Assembleia Municipal.

**7.1.1.3.1 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A CDU em sede de reunião de representantes, apresentou uma proposta no sentido de articular com o Partido Socialista, as únicas forças políticas que têm Presidentes de Junta de Freguesia, e de uma forma transparente, previa manter a situação que se registava no mandato anterior tendo em conta que a CDU tem mais um Presidente de Junta do que o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, e que a aplicação dos critérios que são consagrados constitucionalmente e legalmente em Portugal do Método de Hondt que seria o mais adequado. E propusemos que o delegado efetivo aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses fosse um Presidente de Junta eleito pela CDU e que o suplente fosse um eleito pelo Partido Socialista, e relativamente à Assembleia Distrital que esta relação se invertesse e, portanto, o efetivo fosse um Presidente de Junta do Partido Socialista e o suplente fosse um Presidente de Junta da CDU. Logo nessa reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que o Partido Socialista tinha um entendimento diferente relativamente a esta matéria, mas o Senhor representante do Partido Socialista o Senhor Deputado Ivan Gonçalves deixou em aberto a possibilidade de podermos discutir esta questão e conversarmos sobre esta matéria eventualmente chegar a um entendimento diferente. Essa realidade não veio a acontecer, hoje durante da tarde contatei o Senhor Deputados Municipal Ivan Gonçalves, ou melhor ele contactou comigo e chegamos à conclusão que não era possível haver acordo entre a CDU e o PS nesta matéria e daí ir a apresentação de uma candidatura da CDU com a composição que o Senhor Presidente da Assembleia já anunciou.”

**7.1.1.3.2 – O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

“Dizer que efetivamente assim foi como referiu o Senhor Deputado Municipal João Galdes, de facto eu até o contatei mas foi em resposta a um contato que não foi atendido pela minha parte, mas dizer que o princípio que o Partido Socialista adota na constituição destas listas, é que sendo nós o Partido que obteve mais votos na Assembleia Municipal de Almada e uma vez que estas duas listas são votadas pelos Deputados Municipais desta câmara, que faria sentido que fosse o Partido Socialista a escolher aquele que era o Presidente de Junta de Freguesia efetivo, aliás escolher o órgão para o qual o Partido Socialista teria



um Presidente de Junta efetivo, ou seja, manteríamos em aberto a possibilidade de que existisse um efetivo do Partido Socialista, um efetivo da CDU, sendo o Partido Socialista enquanto Partido mais votado quem teria a precedência no sentido de escolher qual seria esse órgão. Este entendimento diverge notoriamente daquilo que é o entendimento que a CDU tem, e, portanto, não existe de facto outra alternativa senão que possamos apresentar estas duas listas no sentido em que se possa resolver este problema com todo o espírito democrático que preside esta sessão.”

**7.1.1.3.3** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Só uma pequena referência visto que fui referido pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes. Não o quero desmentir, mas quero precisar pelo menos a minha intenção na reunião, se foi mal-entendida lamento. Eu defendi na reunião que desejavelmente deveria haver uma lista de encontro entre os dois Partidos que têm representação ao nível dos Presidentes de Junta, a divergência que houve foi sobre digamos qual deles escolhia primeiro e condicionava por isso o voto, mas da parte do Presidente da Mesa nunca poderia haver nenhuma atitude que não fosse uma atitude construtiva, obviamente que seria desejável que tivesse havido entendimento, não havendo entendimento vota-se que é assim que se resolvem as coisas numa Assembleia Democrática.”

**7.1.1.3.4** – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, quando eu referi que o Senhor Presidente referiu que o entendimento do Partido Socialista era diferente, era precisamente nessa matéria, era relativamente à escolha do órgão para o qual a CDU devia ter o candidato efetivo, não era sobre outra matéria qualquer, era precisamente sobre essa questão.”

**7.1.1.3.5** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Sim, Senhor Deputado Municipal, portanto houve uma discordância digamos sobre os critérios de precedência, foi essa divergência que aliás se verifica noutros aspetos e que terá que ser resolvida futuramente.”

**7.1.2** - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

**7.1.3** - Finda a votação os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

**7.1.4** - O Presidente anunciou que exerceram o direito de voto 38 eleitos, registando-se o seguinte resultado:

**7.1.4.1** - Para Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - **ANMP**, a Lista A obteve catorze (14) votos, a Lista B obteve vinte (20) votos e registaram-se quatro (4) votos em Branco.





JK

**7.1.4.2 - Para a Assembleia Distrital de Setúbal**, a Lista A obteve catorze (14) votos, a Lista B obteve vinte (20) votos e registaram-se quatro (4) votos em Branco.

**7.2** – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta da Mesa de Constituição de um Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

**7.2.1** – Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em representação da Mesa da Assembleia para apresentação do Projeto de Deliberação.

**7.2.3** – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação do Projeto de Deliberação que foi aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

#### **Constituição de Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**

**1** – É constituído o Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento.

**2** – O grupo de Trabalho é composto pelo Presidente da Assembleia Municipal, por um Representante de cada Grupo Municipal (CDU, PS, PSD, BE) e pelos únicos representantes de um partido (PAN e CDS-PP).

**3** – O texto de alteração ao Regimento deve estar elaborado até ao dia 31 de janeiro de 2018. Para tanto os Deputados Municipais, os Presidentes das Juntas de Freguesia, os Grupos Municipais e os eleitos da Câmara Municipal podem apresentar, ao Presidente da Assembleia, sugestões de alteração até ao próximo dia 30 de dezembro de 2017.

**7.3** - Entrou-se seguidamente no ponto da agenda relativo à apreciação e votação da Proposta Nº 01/XII-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 10/11/2017, sobre “Obras por Administração Direta”.

**7.3.1** – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

**7.3.1.1** – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, se me permitir apresentarei as duas propostas.

A proposta 951/2017, esclarecendo que esta proposta reproduz em tudo uma análoga aprovada no início do mandato anterior, o seu propósito principal é obter autorização da Assembleia Municipal, para a realização da despesa com encargos plurianuais nos termos montantes e condições previstos nesta redação. Esta proposta surge neste momento para reiterar os termos previstos nas regras de execução do orçamento e das grandes opções do plano aprovadas para 2017, prolongando a sua aplicação e esta autorização até à aprovação dos instrumentos para vigorarem em 2018.

Os encargos plurianuais que assim ficam autorizados não podem ultrapassar os 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e devem resultar da execução das grandes opções do plano devidamente aprovadas.



Isto para a primeira proposta, resumindo isto é exatamente aquilo que foi aprovado no início do anterior mandato para permitir a transição entre um orçamento e um novo orçamento.

A segunda proposta também ela é em tudo idêntica à que foi aprovada anteriormente, é a proposta 952/2017, o seu objetivo é permitir desde já, nos termos da Lei à camara a realização de obras ou reparações por Administração Direta, em valor superior ao da sua competência própria, deste modo permite-se maior celeridade na ação do órgão executivo, mas também a sua maior responsabilização neste tipo de intervenções. O valor proposto é adequado e igual ao do último mandato.”

**7.3.2** – Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 01/XII-1º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**Considerando que a Câmara Municipal propõe que o valor para as obras e reparações por administração direta seja fixado pela Assembleia Municipal em 340.000 Euros.**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do nº 2, do artigo 18º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, autoriza a Câmara Municipal de Almada a realizar Obras e Reparções por Administração Direta até ao valor de € 340.000,00 (trezentos e quarenta mil euros).**

**7.4** - Entrou-se no último ponto da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 02/XII-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 10/11/2017, sobre “Autorizações - Compromissos Plurianuais”.

**7.4.1** – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

**7.4.2** – Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 02/XII-1º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**Tendo presente a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos – LCPA), na sua redação atual, e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, que a regulamenta.**

**Considerando o disposto no artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestação com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:**

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;**
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.**



Considerando, por outro lado, a alínea c), do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o artº 12º do decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos provisionais.

Considerando que os próximos documentos provisionais a aprovar serão para o ano de 2018, importa assegurar, que entre o início do atual mandato dos membros dos órgãos autárquicos e a entrada em vigor do Plano de Atividades e o Orçamento para 2018, a referida autorização prévia da Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, e o artigo 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, assim como assegurar e reiterar o disposto no ponto 6 das Regras de Execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, aprovadas pela Assembleia Municipal de Almada, e que constam em anexo às Operações do Plano e Orçamento para o ano de 2017.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão extraordinária a 23 de novembro de 2017, delibera:

1. Para os efeitos previstos na alínea c), do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (LCPA), e nos termos do disposto no artº 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal e pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos casos seguintes:
  - a) Resultem de execução das Grandes Opções do Plano legalmente aprovadas;
  - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. Autorizar a Câmara Municipal a delegar na Presidente da Câmara Municipal e na Presidente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.



**3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.**

**8 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 23 de novembro de 2017.**

**9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Inês Medeiros e dos Vereadores Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos e Joana Mortágua.**

**10 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 80 Srs. Múncipes.**

**11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.**

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_